



Diário Oficial do **Município**

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

sexta-feira, 25 de setembro de 2015

Ano III - Edição nº 00039 | Caderno 1

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território de Irecê publica



Rua Aurelio José Marques | 71 | Centro | Irecê-Ba

consdessustentavelterritorioirece.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
A6F99D250EEF43DDEF9611D034252B11

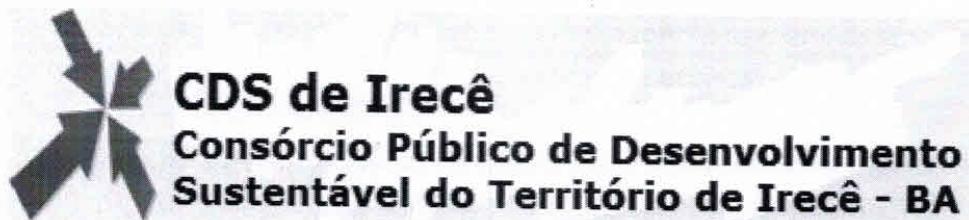
Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

SUMÁRIO

- Estatuto do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Município de Irecê
- Protocolo de Intenções do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável de Irecê.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

Outros



ESTATUTO DO CONSÓCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO DE IRECÊ – CDS DE IRECÊ

Irecê, 06 de junho de 2012

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

SJBates
VERBADO

ESTATUTO DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TERRITÓRIO DE IRECÊ - CDS DE IRECÊ.

TÍTULO I
DO CONSÓRCIO E DOS CONSORCIADOS
CAPÍTULO I
DO CDS DE IRECÊ

Art. 1º. O CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO DE IRECÊ – CDS DE IRECÊ é autarquia interfederativa, pessoa jurídica de direito público interno, integrante da Administração Indireta de cada ente federativo que o compõe.

Art. 2º. A sede do Consórcio é no Município de Irecê, Estado da Bahia, podendo haver o desenvolvimento de atividades em escritórios, laboratórios ou unidades localizadas em outros Municípios.

Parágrafo Único. A Assembléia Geral do Consórcio, mediante decisão de 3/5 (três quintos) dos Consorciados, poderá alterar a sede.

Art. 3º. O Consórcio terá duração por prazo indeterminado.

CAPÍTULO II
DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DO ESTATUTO

Art. 4º. O presente estatuto disciplina o **CDS DO TERRITÓRIO DE IRECÊ** de forma a complementar e regulamentar o estabelecido no Contrato de Consórcio Público, resultante da ratificação, por lei, do Protocolo de Intenções.

William Prodo

M *B*

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

Assinatura
AVERBADO

Parágrafo Único - A área de atuação do **CDS DO TERRITÓRIO DEIRECÉ**, será formada pelos territórios dos municípios que o integram, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

CAPÍTULO III

DO INGRESSO DE NOVOS CONSORCIADOS

Artigo 5º - É facultado o ingresso de novos consorciados, após a aprovação e ratificação pela Assembléia Geral.

- I - A solicitação de ingresso far-se-á por termo firmado pelo Prefeito do Município que desejar consorciar-se, acompanhado da Lei Municipal autorizadora;
- II - o ingresso de novo ente consorciado deverá ser aprovado por 3/5 (três quintos) dos Consorciados;
- III - aprovado o ingresso o município consorciante deverá firmar Termo Aditivo ao Contrato de Consórcio.

CAPÍTULO IV

DA CONDIÇÃO DE CONSORCIADO

Art. 6º. Não há, entre Consorciados, direitos e obrigações recíprocas.

Art. 7º. Os Consorciados não são titulares de quota ou fração ideal do patrimônio do Consórcio, sendo inválidos quaisquer negócios jurídicos que o tenham por objeto.

CAPÍTULO V

DAS FINALIDADES E OBJETIVOS

Art. 8º O objetivo do **CDS DO TERRITÓRIO DEIRECÉ** é promover o desenvolvimento sustentável na sua área de atuação.

William Brodo

W.B.
2

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

AVERBADO

Parágrafo Único. Para fins do *caput* entende-se por desenvolvimento sustentável o que promova o bem-estar de forma socialmente justa e ecologicamente equilibrada.

Art. 9º O CDS DO TERRITÓRIO DE IRECÊ tem por finalidades:

- I – a elaboração de propostas para o desenvolvimento regional, inclusive realizando debates e executando estudos;
- II – a gestão associada de serviços públicos de desenvolvimento social, saneamento básico, de transporte urbano ou intermunicipal, construção e manutenção de estradas, abatedouros e frigoríficos;
- III – a implantação e manutenção de infraestrutura e equipamentos urbanos;
- IV – a promoção do turismo, inclusive mediante gestão ou exploração de bens ou equipamentos e execução de obras;
- V – a disciplina do trânsito urbano, inclusive efetivando seu planejamento e exercendo o poder de polícia na instância direta ou recursal;
- VI – a execução de ações de desenvolvimento rural, inclusive o apoio à agricultura familiar e assistência técnica e extensão rural;
- VII – a execução de ações de assistência social e de segurança alimentar e nutricional, atendidos os princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- VIII – o apoio:
 - a) à gestão administrativa e financeira municipal, inclusive treinamento e formação de cidadãos e servidores municipais;
 - b) ao planejamento e gestão urbana e territorial municipal ou intermunicipal, inclusive regularização fundiária e mobilidade urbana, e da política habitacional;
 - c) à gestão e manutenção de infraestrutura aeroportuária, atendidos os termos de delegação da União;
 - d) à gestão da política ambiental, inclusive subsidiando a emissão de licenças e a fiscalização;
 - e) à execução de ações de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional e de alfabetização, inclusive de adultos, bem como de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;
- IX – o planejamento e a execução descentralizada da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano;

William Brando

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

J. B. Bastos
AVERBADO

X – a execução de forma descentralizada da Política Estadual de Cultura, bem como a integração das ações de política cultural dos entes da Federação consorciados;

XI – a participação na formulação da Política Estadual de Planejamento e Ordenamento Territorial, bem como na execução de ações a ela relativas;

XII – a aquisição de bens ou a execução de obras para o uso compartilhado ou individual dos consorciados, bem como a administração desses bens ou outros cuja gestão venha a ser entregue ao Consórcio;

XIII – a realização de licitações compartilhadas de que decorra contrato a ser celebrado por órgão ou entidade da administração direta ou indireta de consorciado.

XIV – a participação na formulação da Política Territorial de Planejamento, para mulheres, juventude, LGBT, raça, comunidades tradicionais, bem como nas execuções de ações a elas relativas.

§ 1º. No âmbito da gestão associada prevista no inciso II do *caput*:

I - no que se refere ao exercício de competências relativas ao planejamento, regulação, fiscalização ou o modelo de prestação, inclusive contratação, dos serviços públicos dar-se-á nos termos de decisão da Assembléia Geral, exigida a manifestação unânime dos entes da Federação consorciados;

II – no que se refere à prestação dos serviços pelo próprio Consórcio, dependerá da celebração de contrato de programa.

§ 2º. As finalidades previstas nos incisos III, IV, V, VI e VIII, alíneas “d” e “e”, do *caput*, dependerão de convênios com o Município consorciado, os quais poderão prever transferência de recursos financeiros somente por meio de contratos a eles vinculados.

§ 3º. Os convênios previstos no § 2º poderão prever a execução direta, pelo Consórcio.

§ 4º. Mediante a lei que ratificar o presente instrumento, e constituído o consórcio público, ficam revogadas, no território de atuação do Consórcio, as competências iguais ou assemelhadas antes atribuídas a órgãos ou entidades que integram a administração de ente da Federação consorciado, com exceção das competências previstas nos incisos III, IV, V, VI e VIII, alíneas “d” e “e”, do *caput*, em que apenas a execução da competência será delegada, mediante convênios.

William Prado

[Signature]

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

J. Góes
VERBADO

- IX** - promover campanhas educativas e mobilizar a sociedade civil para a gestão participativa;
- X** - formular, implantar, operar e manter sistemas de informações articulados com os sistemas, estadual e nacional correspondentes;
- XI** - elaborar e publicar revistas ou outros periódicos, cartilhas, manuais e quaisquer materiais técnicos ou informativos, impressos ou em meio eletrônico, bem como promover a divulgação e suporte das ações do Consórcio por qualquer espécie de mídia;
- XII** – exercer o poder de polícia administrativa;
- XIII** – rever e reajustar taxas e tarifas de serviços públicos, bem como elaborar estudos e planilhas referentes aos custos dos serviços e sua recuperação;
- XIV** – emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e de outros preços públicos, inclusive mediante convênio com entidades privadas ou públicas;
- XV** – prestar apoio financeiro e operacional para o funcionamento de fundos e conselhos;
- XVI** – representar os titulares, ou parte deles, em contrato de concessão celebrado após licitação, ou em contrato de programa que possua por objeto a prestação de serviços públicos;
- XVII** – realizar estudos técnicos para informar o licenciamento ambiental e urbanístico por consorciado;
- XVIII** – prestar serviço de utilidade pública de planejamento, gestão, operação, educação, aplicação de penalidades e fiscalização dos sistemas locais de trânsito e dos modos de transporte público coletivos dos consorciados e demais prerrogativas previstas no Código de Trânsito Brasileiro, ou de outra atividade diretamente relacionada;
- XIX** – exercer outras competências necessárias à fiel execução de suas finalidades e que sejam compatíveis com o seu regime jurídico.

CAPÍTULO VI DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 11. Os consorciados autorizam a gestão associada de serviços públicos mencionada no inciso II do *caput* do Art. 9º, inclusive no que se refere ao seu planejamento, regulação, fiscalização e prestação.

William Prado

C7
S6

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

J. Bentes
VERBADO

§ 5º. Dependerá da decisão da Assembléia Geral prevista no inciso I do § 1º a revogação prevista no § 4º em relação ao planejamento, regulação, fiscalização e modelo de prestação de serviços públicos em regime de gestão associada.

§ 6º. Os bens adquiridos ou produzidos na forma do inciso XII do **caput**, inclusive o derivados de obras ou investimentos em comum, terão o seu uso e propriedade disciplinados por contrato entre os entes da Federação interessados e Consórcio.

§ 7º. Omissos o contrato mencionado no § 6º, nos casos de retirada de consorciado ou de extinção do Consórcio, os bens permanecerão em condomínio entre os entes da Federação que contribuíram para a sua aquisição ou produção.

§ 8º. As licitações compartilhadas mencionadas no inciso XIII do **caput** poderão se referir a qualquer atividade de interesse de consorciado, não ficando adstritas ao atendimento de finalidades específicas do Consórcio.

§ 9º. O exercício das competências previstas nos incisos IX, X e XI, e a gestão associada de serviços de transporte público intermunicipal, dependerá de o Estado da Bahia ratificar o presente instrumento.

Art. 10. Para viabilizar as finalidades mencionadas no Art. 9º, o Consórcio poderá:

- I – realizar estudos técnicos e pesquisas, elaborar e monitorar planos, projetos e programas, inclusive para obtenção de recursos estaduais ou federais;
- II - prestar serviços por meio de contrato de programa que celebrar com os titulares interessados;
- III - regular e fiscalizar a prestação de serviços públicos, diretamente ou mediante convênio com entidade municipal ou estadual;
- IV- executar, manter ou viabilizar a execução de obras, inclusive mediante licitação e celebração de contratos administrativos, em especial os de concessão ou permissão;
- V - adquirir ou administrar bens;
- VI - promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social;
- VII - assessorar e prestar assistência técnica, administrativa, contábil e jurídica aos Municípios consorciados;
- VIII - capacitar cidadãos e lideranças dos Municípios consorciados, servidores do Consórcio ou dos entes da Federação consorciados;

William Prado

[Signature] 5

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

J. Bastos
VERBADO

Parágrafo Único. A eficácia da autorização mencionada no *caput* dependerá de decisão da Assembléia Geral que discipline os seus termos.

TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12 O Consórcio será organizado pelo presente estatuto cuja disposição, sob pena de nulidade, deverão atender a todos os artigos do Contrato de Consórcio Público.

Parágrafo Único. Os estatutos poderão dispor sobre o exercício do poder disciplinar e regulamentar, procedimento administrativo e outros temas referentes ao funcionamento e organização do Consórcio.

CAPÍTULO II DOS ÓRGÃOS

Art. 13. São órgãos do Consórcio:

- I – Assembléia Geral;
- II – Presidência;
- III – Secretaria Executiva;
- IV – Conselho Consultivo;

Parágrafo Único - É assegurado à sociedade civil o direito de participar dos órgãos colegiados que integram o Consórcio, com exceção:

- I - dos previstos no inciso I do caput e os que nele se circunscrevem;
- II - das comissões de licitação ou de natureza disciplinar.

CAPÍTULO III DA ASSEMBLÉIA GERAL

SEÇÃO I DO FUNCIONAMENTO

William Brando

W

B7

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

J. Bento
AVERBADO

Art. 14. A Assembléia Geral, instância máxima do Consórcio, é órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os entes consorciados.

§ 1º. Nenhum servidor do Consórcio poderá representar qualquer ente consorciado na Assembléia Geral, e nenhum servidor de ente consorciado poderá representar outro ente consorciado, salvo as exceções previstas nos estatutos.

§ 2º. Ninguém poderá representar dois ou mais consorciados na mesma Assembléia Geral.

Art. 15. A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente 04 vezes por ano, nos meses de março, junho, setembro e dezembro, e, extraordinariamente, sempre que convocada, pelo Presidente do Consórcio, ou por, no mínimo um terço (1/3) dos entes consorciados.

Parágrafo Único. A convocação das Assembléias Gerais Ordinárias e extraordinárias será feita com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas em relação a sua realização, com ampla divulgação por meio de publicação no órgão de imprensa oficial do Consórcio, bem como via internet.

Art. 16. A Assembléia Geral será instalada com a presença de entes federados consorciados que representem metade mais um dos votos totais do consórcio, os quais poderão deliberar sobre todas as matérias de competência do Consórcio por maioria simples, ou seja, metade mais um dos votos, salvo as exceções previstas neste Estatuto.

§ 1º. Matérias que versem sobre aprovação e alteração de estatutos, e cedência de funcionários para o Consórcio deverão ter a presença de, no mínimo, dois terços (2/3) dos votos totais do consórcio.

§ 2º. Aprovação e alteração dos estatutos, respeitando-se o disposto no parágrafo 1º, deste *caput* deverão ser homologadas pela Assembléia Geral, com no mínimo dois terços (2/3) dos votos dos entes consorciados presentes na Assembléia.

William Bento

Bento
W.B.

8

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

AVERBADO

Art. 17. As decisões da Assembléia Geral serão tomadas, salvo as exceções previstas neste instrumento e nos estatutos, mediante maioria de, pelo menos, metade mais um dos votos dos presentes.

Art. 18. Cada ente consorciado terá direito a 01 voto na Assembléia Geral.

§ 1º. Não se admite o voto por procuração.

§ 2º. O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade para servidores do Consórcio ou a ente consorciado.

§ 3º. O Presidente do Consórcio, salvo nas eleições, destituições e nas decisões que exijam *quorum* qualificado, votará apenas para desempatar.

§ 4º. Havendo consenso entre os membros, às eleições e as deliberações poderão ser adotadas por aclamação.

SEÇÃO II DAS COMPETÊNCIAS

Art. 19. Compete à Assembléia Geral:

- I – homologar o ingresso no Consórcio de ente federativo que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após 2 (dois) anos de sua subscrição;
- II – aplicar a pena de exclusão do Consórcio, bem como desligar temporariamente consorciado;
- III – elaborar os estatutos do Consórcio e aprovar as suas alterações;
- IV – eleger ou destituir o Presidente do Consórcio, para mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição para um único período subsequente;
- V – aprovar:

- a) orçamento plurianual de investimentos;
- b) programa anual de trabalho;
- c) o orçamento anual do Consórcio, bem como os respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio;

William Prado



9

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

Assistente
AVERBADO

- d) a realização de operações de crédito;
- e) a alienação e a oneração de bens do Consórcio ou a onerar aqueles que, nos termos de contrato de programa, tenham sido outorgados os direitos de exploração ao Consórcio;

VI – homologar, atendidos os requisitos previstos nos estatutos:

- a) os planos relativos ao desenvolvimento social, à gestão do território, habitação, regularização fundiária, turismo, trânsito urbano e interurbano na área de atuação do consórcio, desenvolvimento rural; meio ambiente, cultura e de serviços públicos;
- b) os regulamentos dos serviços públicos;
- c) as minutas de contratos de programa nas quais o Consórcio comparece como contratante ou como prestador de serviço público;
- d) a minuta de edital de licitação e de contrato para concessão de serviço ou obra pública;
- e) o reajuste e a revisão das tarifas e preços públicos;
- f) o reajuste dos valores da taxa de coleta, remoção e destinação de resíduos sólidos urbanos, nos termos das leis municipais;

VII — monitorar e avaliar a execução dos planos dos serviços públicos;

VIII - aceitar a cessão de servidores por ente federativo, consorciado ou conveniado ao Consórcio;

IX – apreciar e sugerir medidas sobre:

- a) a melhoria dos serviços prestados pelo Consórcio;
- b) o aperfeiçoamento das relações do Consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas;

XII – homologar retificações propostas ao Contrato de Consórcio, com no mínimo dois terços dos votos (2/3), dos entes consorciados presentes na assembléia;

X – homologar a indicação do Secretário Executivo.

Parágrafo Único. A Assembléia Geral, presentes pelo menos 3/5 (três quintos) dos consorciados, poderá aceitar a cessão sem ônus de servidores ao Consórcio. No caso de cessão com ônus para o Consórcio exigir-se-á, para a aprovação, pelo menos 4/5 (quatro quintos) dos votos dos consorciados presentes.

William Prado

[Assinatura]

[Assinatura]

10

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

SEÇÃO III

DO REGIMENTO INTERNO

J. Góes
VERBADO

Art. 20. As disposições sobre o funcionamento da Assembléia Geral poderão ser consolidadas e completadas por Regimento Interno que a própria Assembléia Geral venha a adotar.

CAPÍTULO IV DA PRESIDÊNCIA

Art. 21. O mandato do Presidente e do Vice-Presidente é de 2 (dois) anos, permitida a reeleição por 1 (uma) única vez, para o mandato subsequente, sempre coincidindo com os primeiros ou terceiros anos dos mandados dos Prefeitos eleitos.

Parágrafo único. O mandato iniciar-se-á no dia 1º de janeiro, e encerrar-se-á no dia 31 de dezembro do ano subsequente. O atraso na posse não implicará a alteração na data de término do mandato, mas apenas na prorrogação *pro tempore* do mandato anterior.

Art. 22. O mandato do Presidente cessará automaticamente no caso do eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do Município representado, hipótese em que será sucedido pelo Vice-Presidente do CONSÓRCIO.

Art. 23. Se o término do mandato do Prefeito que ocupar a Presidência da Assembléia Geral ocorrer antes da eleição para a Presidência do CONSÓRCIO, seu sucessor na Chefia do Poder Executivo assumirá interinamente o cargo de Presidente até a realização de nova eleição.

Art. 24. Sem prejuízo do que prever o Contrato do Consórcio Público, e em outros dispositivos do presente estatuto, incumbe ao Presidente:

- I – ser o representante legal do Consórcio;
- II - representar o Consórcio judicial e extrajudicialmente;
- III - convocar e presidir as reuniões da Assembléia Geral;
- IV - zelar pelos interesses do Consórcio, no âmbito de suas competências;

William Prado

[Signature]
11

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

Assinatura
AVERBADO

- V** - providenciar o cumprimento das deliberações da Assembléia Geral;
- VI** - convocar o Conselho Consultivo;
- VII** – indicar, para apreciação da Assembléia Geral, nome para ocupar o emprego público de Secretário Executivo;
- VIII** – nomear e exonerar o Secretário Executivo;
- IX** - convocar reuniões com a Secretaria Executiva;
- X** - firmar acordos, contratos, convênios e outros ajustes;
- XI** - exercer o poder disciplinar no âmbito do CONSÓRCIO, julgando os procedimentos e aplicando as penas que considerar cabíveis;
- XII** - autorizar a instauração de procedimentos licitatórios relativos a contratos cujo valor estimado seja deliberado pela Assembléia Geral;
- XIII** – como ordenador das despesas do Consórcio, responsabilizar-se pela sua prestação de contas;
- XIV** - movimentar as contas bancárias;
- XV** – exercer as competências não atribuídas a outro órgão por este instrumento ou pelos estatutos.

Parágrafo Único - Com exceção das competências previstas nos incisos II, III, IX e X, todas as demais poderão ser delegadas ao Secretário Executivo.

Art. 25. Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente nas suas ausências, vacâncias e impedimentos.

SEÇÃO I DA ELEIÇÃO

Art. 26. O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos em Assembléia a especificamente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros 30 (trinta) minutos. Somente serão aceitos como candidatos Chefes do Poder Executivo de Consorciado.

§ 1º O Presidente será eleito mediante voto secreto, salvo quando a eleição se der por aclamação.

§ 2º Será considerado eleito o candidato que obtiver ao menos 2/3 (dois terços) dos votos, só podendo ocorrer à eleição com a presença de ao menos 3/5 (três quintos) dos consorciados.

William Prado

C. L. S. 12

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

Assinatura
VERBADO

§ 3º. Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 (dois terços) dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, tendo como concorrentes os dois mais votados no primeiro turno. No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos válidos, excluídos os brancos e nulos.

§ 4º. Não concluída a eleição, será convocada nova Assembléia com essa mesma finalidade, a se realizar entre 20 (vinte) e 40 (quarenta) dias, prorrogando-se *pro tempore* o mandato daquele que estiver no exercício das funções da Presidência.

Art. 27. Proclamados o Presidente e o Vice-Presidente serão empossados imediatamente, e ao Presidente será dada a palavra para que nomeie o Secretário Executivo ou que faça no prazo de 10 dez (dias).

Art. 28. A eleição do Presidente e do Vice-Presidente será realizada na primeira semana de janeiro do ano subsequente ao término do mandato.

SEÇÃO II DESTITUIÇÃO DO PRESIDENTE

Art. 29. Em qualquer Assembléia Geral poderá ser votada a destituição do Presidente e Vice-Presidente do Consórcio ou de qualquer dos membros do Conselho de Administração, bastando ser apresentada moção de censura com apoio de pelo menos 1/5 (um quinto) dos consorciados, desde que presentes pelo menos 3/5 (três quintos) dos entes consorciados. A moção de censura não será motivada, ocorrendo por mera perda de confiança.

§ 1º. Em todas as convocações de Assembléia Geral deverão constar como item de pauta: "apreciação de eventuais moções de censura".

§ 2º. Apresentada moção de censura, as discussões serão interrompidas e será ela imediatamente apreciada, sobrestando-se os demais itens da pauta.

§ 3º. A votação da moção de censura será efetuada depois de facultada a palavra, por 15 (quinze) minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao Presidente ou ao membro do Conselho de Administração que se pretenda destituir.

William Brado

13

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

AVERBADO

§ 4º. Será considerada aprovada a moção de censura por metade mais 1 (um) dos votos dos presentes à Assembléia Geral, em votação nominal e pública.

§ 5º. Caso aprovada moção de censura, haverá imediata e automática destituição, procedendo-se, na mesma Assembléia, à eleição para completar o período remanescente de mandato.

§ 6º. Na hipótese de não se viabilizar a eleição, será designado Presidente ou membro do Conselho de Administração *pro tempore* por metade mais 1 (um) dos votos presentes. O Presidente ou membro do Conselho de Administração *pro tempore* exercerá as suas funções até a próxima Assembléia Geral, a se realizar entre 20 (vinte) e 40 (quarenta) dias.

§ 7º. Rejeitada moção de censura, nenhuma outra poderá ser apreciada na mesma assembléia e nos 180 (cento e oitenta) dias seguintes.

CAPÍTULO V DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 30. Fica criado o emprego público em comissão de Secretário Executivo.

§ 1º. O emprego público em comissão de Secretário Executivo será provido mediante indicação do Presidente do Consórcio, homologado pela Assembléia Geral, entre pessoas que satisfaçam os seguintes requisitos:

- I – inquestionável idoneidade moral;
- II – formação de nível superior.

§ 2º. Caso seja servidor do Consórcio ou de ente consorciado, o Secretário Executivo será automaticamente afastado de suas funções originais.

§ 3º. O ocupante do emprego público de Secretário Executivo estará sob regime de dedicação exclusiva, somente podendo exercer outra atividade remunerada nas hipóteses previstas nos estatutos.

§ 4º. O Secretário Executivo poderá ser exonerado *ad nutum* por ato do Presidente.

William Thadeu

[Assinatura]
14

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

J. G. J.
VERBADO

Art. 31. Além das competências previstas nos estatutos, compete ao Secretário Executivo:

- I – quando convocado, comparecer às reuniões de órgãos colegiados do Consórcio;
- II – secretariar as reuniões da Assembléia Geral do Consórcio;
- III - auxiliar o Presidente em suas funções, cumprindo as suas determinações, bem como o mantendo informado, prestando-lhe contas da situação administrativa e financeira do CONSÓRCIO;
- IV – movimentar as contas bancárias do Consórcio em conjunto com o Presidente ou com outra pessoa designada pelos estatutos, *bem como elaborar os boletins diários de caixa e de bancos;*
- V – submeter ao presidente, e a outros órgãos designados pelos estatutos, as propostas de plano plurianual e de orçamento anual do Consórcio;
- VI - aprovar a proposta de fixação, revisão ou reajuste de tarifas e outros preços públicos, autorizando que seja enviada para emissão de parecer do Conselho Consultivo e de aprovação da Assembléia Geral;
- VII – praticar todos os atos necessários à execução da receita e da despesa;
- VIII – exercer a gestão patrimonial;
- IX – zelar por todos os documentos e informações produzidos pelo Consórcio, providenciando a sua adequada guarda e arquivo;
- X - implementar e gerir as diretrizes políticas e plano de trabalho definido pela Assembléia Geral, praticando todos os atos que não tenham sido atribuídos expressamente por este Estatuto ao Presidente do Consórcio;
- XI – praticar atos relativos à área de recursos humanos e administração de pessoal, cumprindo e se responsabilizando pela observância dos preceitos da legislação trabalhista e previdenciária;
- XII - instaurar sindicâncias e processos disciplinares;
- XIII – fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos;
- XIV - constituir a Comissão de Licitações do Consórcio;
- XV - autorizar a instauração de procedimentos licitatórios, desde que delegado pelo Presidente, para valores autorizados pela Assembléia Geral;

William Nardo

R. S.
15

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

J. Bento
VERBADO

XVI - homologar e adjudicar objeto de licitação, desde que delegado pelo Presidente, para valores autorizados pela Assembléia Geral;

XVII - autorizar a instauração de procedimentos para contratação por dispensa ou inexigibilidade de licitação;

XVIII – promover a publicação de atos e contratos do Consórcio, quando essa providência for prevista em Lei, neste instrumento ou nos estatutos, respondendo civil, administrativa e criminalmente pela omissão dessa providência;

XIX - aprovar proposta de cessão de servidores ao Consórcio, autorizando que seja apreciada pela Assembléia Geral;

XX - elaborar proposta de Regulamento Geral do Pessoal do CONSÓRCIO, enviando-a para a apreciação da Assembléia Geral;

XXI - conceder, nos termos previstos no orçamento anual do Consórcio, revisão anual da remuneração de seus empregados;

XXII — propor alterações ao presente estatuto ou resolver questões vinculadas à interpretação de seus dispositivos;

XXIII - julgar:

a) impugnações a editais de concursos públicos;

b) recursos referentes ao indeferimento de inscrição de concursos públicos ou à homologação de seus resultados;

c) impugnações a editais ou outros atos convocatórios de licitação;

d) recursos relativos à inabilitação, desclassificação, homologação e adjudicação de licitações;

e) recursos referentes ao indeferimento de registro cadastral, para fins de constar do cadastro de fornecedores;

f) aplicação de penalidades a contratados ou a empregados do Consórcio;

XXIV – estabelecer, orientar e supervisionar todos e quaisquer procedimentos técnicos, administrativos e operacionais no âmbito do Consórcio, fornecendo, inclusive, subsídios para deliberações e ações do Consórcio.

William Prado

C *S*

16

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

Assunto
AVERBADO

§ 1º. Além das atribuições previstas no *caput*, o Secretário Executivo poderá exercer, por delegação, atribuições de competência do Presidente do Consórcio.

§ 2º. A delegação prevista no § 1º dependerá de ato escrito e publicado no sítio que o Consórcio mantiver na internet, devendo tal publicação ocorrer entre a sua data de início de vigência e até 1 (um) ano após a data de término da delegação.

§ 3º. O Secretário Executivo exercerá suas funções em regime de dedicação integral.

CAPÍTULO VI DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 32. Compete ao Conselho Consultivo opinar, de ofício, sobre os seguintes assuntos de interesse do Consórcio:

- I - atuar como órgão consultivo da Assembléia Geral do CONSÓRCIO;
- II - propor planos e programas de acordo com as finalidades do CONSÓRCIO;
- III - sugerir formas de melhor funcionamento do CONSÓRCIO e de seus órgãos;
- IV - propor a elaboração de estudos e pareceres sobre as atividades desenvolvidas pelo CONSÓRCIO.

V – a realização de operações de crédito;

VI - a homologação, atendidos os requisitos previstos nos estatutos dos planos relativos à gestão do território, habitação, regularização fundiária, turismo, trânsito urbano e interurbano na área de atuação do consórcio, desenvolvimento rural; meio ambiente, cultura e de serviços públicos;

VIII - o reajuste dos valores da taxa de coleta, remoção e destinação de resíduos sólidos urbanos, nos termos das leis municipais; e

Parágrafo Único. O estatuto poderá prever outras atribuições ao Conselho Consultivo.

Art. 33. A forma e as condições da composição do Conselho Consultivo serão determinadas por resolução da Assembléia Geral.

William Prado

[Signature]
17

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

J. Braga
AVERBADO

§ 1º. A composição do Conselho Consultivo terá a participação exclusiva de representantes da sociedade civil, a qual deverá contemplar, pelo menos, os seguintes segmentos sociais:

- I – movimentos sociais, populares e de moradores, inclusive de vilas e povoados;
- II – trabalhadores, por suas entidades sindicais;
- III – empresários, por suas entidades classistas;
- IV – entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa;
- V – organizações não governamentais.
- VI – sociedade civil organizada não representada nos segmentos anteriores.

§ 2º. A participação nas reuniões do Conselho Consultivo será não remunerada.

§ 3º. O Conselho Consultivo será composto por 1 (um) representante e 1 (um) suplente de cada segmento disciplinado no § 1º deste caput.

§ 4º. O Regimento Interno do Conselho Consultivo deverá ser aprovado pela Assembléia Geral.

§ 5º. A forma, prazos de eleição e respectiva data de posse dos membros do Conselho serão disciplinados no Regimento Interno.

§ 6º. Os membros do Conselho Consultivo serão designados para mandatos de dois anos em Assembléia Geral especialmente convocada pela Secretaria Executiva.

Art. 34. As reuniões do Conselho Consultivo serão trimestrais e convocadas pelo Presidente do CONSÓRCIO.

Art. 35. O Conselho Consultivo instalar-se-á com a presença de, pelo menos, 4 (quatro) de seus representantes.

William Prado

[Signature]
18

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

S. B. Costa
VERBADO

Art. 36. As decisões do Conselho Consultivo serão tomadas mediante a maioria absoluta de seus votos.

Art. 37. Cada representante do Conselho Consultivo terá direito a 1 (um) voto.

Art. 38. Os representantes do Conselho Consultivo serão devidamente empossados pelo Presidente do CONSÓRCIO, para exercerem mandato de 2 (dois) anos.

CAPÍTULO VII DAS ATAS

Art. 39. Nas atas da Assembléia Geral serão registrados:

I – por meio de lista de presença, todos os entes federativos representados na Assembléia Geral, indicando o nome do representante e o horário de seu comparecimento;

II – de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembléia Geral;

III – a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembléia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

§ 1º. Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembléia Geral mediante decisão na qual se indique expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada pela metade mais 1 (um) dos votos dos presentes e a ata deverá indicar expressa e nominalmente os representantes que votaram a favor e contra o sigilo.

§ 2º. A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu o término dos trabalhos da Assembléia Geral.

Art. 40. Sob pena de ineficácia das decisões, a íntegra da ata da Assembléia Geral será, em até 10 (dez) dias, afixada na sede do Consórcio e publicada no sítio que o Consórcio mantiver na internet por pelo menos dois anos.

William Prado

[Signature]
19

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

Bastos
VERBADO

TÍTULO III DOS DIREITOS E DEVERES

CAPÍTULO I DOS DIREITOS

Art. 41. O ente consorciado tem direito a:

- I – tomar parte nas deliberações, obedecidas às disposições deste Estatuto e do Protocolo de Intenções, discutindo e votando os assuntos nelas tratados;
- II – propor ao Presidente do Consórcio ou a quem de direito medidas de interesse do Consórcio;
- III – votar e ser votado para ocupar cargos nos órgãos do Consórcio ou integrá-los;
- IV – solicitar por escrito, a qualquer tempo quaisquer informações sobre os negócios e/ou ações do Consórcio;
- V – desligar-se do Consórcio, obedecidas às condições estabelecidas neste Estatuto e no Protocolo de Intenções.

§ 1º. Ao ente consorciado é facultado pedido de retirada com prévia comunicação formal de sessenta (60) dias, obtida a devida autorização legislativa.

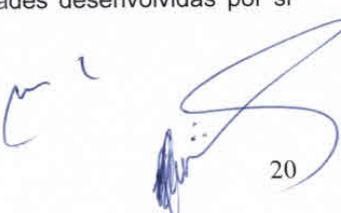
§ 2º. A Assembléia Geral providenciará a partir da comunicação de exclusão de que trata o *caput* deste artigo, a compatibilização dos custos dos planos, projetos, estudo, programas, ou atividades de que participe o consorciado excluente, entre os demais consorciados participantes.

CAPÍTULO II DOS DEVERES

Art. 42. O ente consorciado tem o dever e obrigação de:

- I – cumprir as disposições da Lei, do Protocolo de Intenções, do Estatuto e respeitar as resoluções regularmente tomadas no âmbito do Consórcio;
- II – satisfazer pontualmente seus compromissos para com o Consórcio;
- III – prestar ao Consórcio esclarecimentos sobre as atividades desenvolvidas por si que sejam objetos das atividades do Consórcio;

William Prado



20

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

*Assistente
AVERBADO*

IV – trabalhar em prol dos objetivos do Consórcio, respeitando os dispositivos estatutários, zelando pelo bom nome do Consórcio, pelo patrimônio deste e pela integração de seus membros.

TÍTULO IV DA ADMISSÃO, RECESSO, EXCLUSÃO

CAPÍTULO I DA ADMISSÃO

Art. 43. É facultada a admissão de Município ao **CDS DEIRECÊ** a qualquer tempo, desde que atendidas às condições estabelecidas neste Estatuto e, especificamente, o seguinte:

- I – O ente interessado deverá apresentar pedido formal assinado por seu representante legal à Presidência do Consórcio, para análise e aprovação da Assembléia Geral;
- II – O ente interessado deverá dispor de Lei que autoriza dotação orçamentária específica ou créditos adicionais suficientes para assumir as despesas fixadas em contrato de programa e/ou rateio;
- III – O ente recém consorciado deve submeter-se a critérios técnicos para cálculo do valor dos custos a serem rateados, bem como reajustes e revisão.

Art. 44. A efetivação no Consórcio Público poderá se dar por reserva, subscrito o protocolo de intenções pelo Poder Executivo, após ratificação do Poder Legislativo dos respectivos municípios interessados, observados o § 2º do art. 5º da Lei 11.107, de 06 de abril de 2005.

CAPÍTULO II DO RECESSO

Art. 45. A retirada de membro do Consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembléia Geral.

William Brado

[Signature] 21

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

Assinatura
VERBADO

§ 1º. O recesso não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira do Consórcio.

§ 2º. Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de previsão contratual ou de decisão da Assembléia Geral.

CAPÍTULO III DA EXCLUSÃO

Art. 46. São hipóteses de exclusão de consorciado:

I – a não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio;

II – o não cumprimento por parte de ente da Federação consorciado de condição necessária para que o Consórcio receba recursos onerosos ou transferência voluntária;

III – a subscrição de Protocolo de Intenções para constituição de outro Consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembléia Geral, assemelhadas ou incompatíveis;

IV – a existência de motivos graves, reconhecidos em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembléia Geral.

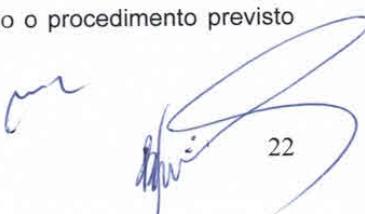
§ 1º. A exclusão prevista nos incisos I e II do *caput* somente ocorrerá após prévia suspensão, o período em que o consorciado poderá se reabilitar e não será considerado ente consorciado.

Art. 47. O estatuto estabelecerá o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§ 1º. A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembléia Geral, exigido o mínimo de 2/3 (dois terços) dos votos.

§ 2º. Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto pela Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

William Rado



22

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

Assinatura
VERBADO

§ 3º. Da decisão do órgão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembléia Geral, o qual não terá efeito suspensivo.

SEÇÃO I DO PROCEDIMENTO DE EXCLUSÃO

Art. 48. O procedimento de exclusão será instaurado mediante portaria do Presidente do Consórcio, de onde conste:

- I – a descrição da conduta que se considera praticada, com as circunstâncias de quando, quem e de que forma foi praticada;
- II — as penas a que está sujeito o infrator, caso confirmados os fatos;
- III – os documentos e outros meios de prova, mediante os quais se considera razoável a instauração do procedimento administrativo.

Art. 49. O acusado será notificado a oferecer defesa prévia em 15 (quinze) dias úteis, sendo-lhe fornecida cópia da portaria de instauração do procedimento, bem como franqueado o acesso, por si ou seu advogado, aos autos, inclusive mediante carga.

Parágrafo Único. Não são considerados dias úteis, para os fins deste artigo, o período de 20 de dezembro a 19 de janeiro.

Art. 50. A notificação será realizada pessoalmente ou mediante correspondência com aviso de recebimento.

Art. 51. O prazo para a defesa contar-se-á a partir do dia útil que se seguir à juntada, aos autos, da cópia da notificação devidamente assinada pelo acusado ou, então, do aviso de recebimento da notificação.

William Thodo

[Assinatura]
23

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

Assistente
AVÉRBADO

Art. 52. Havendo dificuldade para a notificação do acusado, será esta considerada válida mediante publicação com destaque no sítio que o Consórcio manterá na internet.

Parágrafo único. A publicação mencionada no caput deste artigo produzirá seus efeitos após quinze dias, contando-se o prazo para a defesa a partir do primeiro dia útil seguinte aos referidos quinze dias.

Art. 53. A apreciação da defesa e de eventual instrução caberá ao Presidente do Consórcio, ou à Comissão que tenha sido por ele nomeada na própria portaria de instauração do procedimento.

Art. 54. A fase de apuração do procedimento disciplinar será concluída com relatório que deverá indicar se o acusado é inocente ou culpado de cada uma das imputações e, reconhecida culpa, quais as penas consideradas cabíveis.

Parágrafo Único. No caso de o relatório mencionado no caput ter sido elaborado por Comissão, somente produzirá efeitos mediante a sua homologação pelo Presidente do Consórcio.

Art. 55. Tendo em vista as circunstâncias do caso, a Assembléia Geral poderá aplicar as penas de multa, limitada a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e de suspensão até cento e oitenta dias, fixadas de forma proporcional à gravidade da infração.

§ 1º. Durante o período de suspensão o infrator poderá se reabilitar.

§ 2º. As penas de multa e de suspensão poderão ser aplicadas cumulativamente.

Art. 56. A pena de multa ou de suspensão poderá ser cumulada com a de exclusão mediante aprovação de 3/5 (três quintos) dos Consorciados.

William Brando

[Signature]
24

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

*Assunto
AVERBADO*

Art. 57. O julgamento perante a Assembléia Geral terá o seguinte procedimento, no qual realizar-se-ão simultaneamente duas votações:

I - leitura da Portaria de instauração do procedimento, das alegações finais da defesa e do relatório final;

II — manifestação do Presidente do Consórcio e da defesa do acusado, fixadas em quinze minutos cada uma;

III - julgamento, decidindo se o acusado é culpado ou inocente de cada uma das imputações, bem como se aplicável pena de multa e de suspensão, mediante votação secreta;

IV — julgamento sobre a aplicação ou não da pena de exclusão, mediante votação secreta e em urna separada;

V - apuração dos votos sobre a inocência ou culpa, bem como de aplicação das penas de multa e suspensão, considerando-se vitorioso o veredito que obtiver maioria simples;

VI — vitorioso o veredito de inocência de todas as acusações, o procedimento será encerrado, com a imediata destruição de todas as cédulas da segunda urna; caso seja vitorioso o veredito de culpa, serão tidas como mantidas as penas de multa e de suspensão fixadas em face da acusação considerada procedente, iniciando-se incontinenti a apuração dos votos da segunda urna;

VII — apurados os votos da segunda urna, somente admitir-se-á o veredito de exclusão mediante voto de 3/5 (três quintos) dos Consorciados.

VIII - adotada a pena de exclusão, iniciará imediatamente os seus efeitos, não tendo mais o ente federativo direito a voz e voto na Assembléia Geral.

Parágrafo Único. O Presidente do Consórcio presidirá o julgamento e votará, dada a exigência de quorum qualificado.

Art. 58. Das decisões que impuserem sanções caberá o recurso de reconsideração à Assembléia Geral.

William Prado

[Signature]
25

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

AVERBADO

§ 1º. O recurso de reconsideração deverá ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias, contados do dia útil seguinte ao de publicação da decisão na imprensa oficial.

§ 2º. O recurso de reconsideração não terá efeito suspensivo.

§ 3º. Protocolizado o recurso, constará ele do primeiro item de pauta da próxima Assembléia Geral e se processará nos termos previstos nos incisos II a VII do Art. 18 deste estatuto.

Art. 59. Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto pela Lei Federal nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

TÍTULO V DOS CONVÊNIOS, DO USO DE BENS E SERVIÇOS

CAPÍTULO I DOS CONVÊNIOS

Art. 60. Com o objetivo de receber transferência de recursos, o Consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

Parágrafo Único. O Consórcio fica autorizado a, em nome dos Municípios consorciados, elaborar estudos e projetos que visem a captação de recursos junto às entidades citadas no *caput* para aplicação nos sistemas de saneamento básico.

Art. 61. Fica o Consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos.

CAPÍTULO II DO USO DE BENS E SERVIÇOS

Art. 62. Terão acesso ao uso dos bens e serviços do Consórcio os entes consorciados que contribuíram para sua aquisição e promoção.

William Prado

[Assinatura]
26

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

AVERBADO

Parágrafo Único: O acesso disposto no *caput* dependerá da situação de adimplência com o Consórcio.

Art. 63. Observadas as legislações municipais, os entes consorciados poderão ceder ao Consórcio bens de seu próprio patrimônio e os serviços de suas administrações, para uso comum, de acordo com regulamentação específica, casa a caso aprovada pela Assembléia Geral.

TÍTULO VI DO PLANEJAMENTO

CAPÍTULO I DOS PROCEDIMENTOS

Art. 64. A elaboração e a revisão dos planos e regulamentos de serviços públicos que venham a ser prestados pelo CONSÓRCIO obedecerão às diretrizes estabelecidas no Contrato de Programa afeto ao seu objeto.

CAPÍTULO II DAS AUDIÊNCIAS E CONSULTAS PÚBLICAS

Art. 65. Os procedimentos das audiências públicas e das consultas públicas para a divulgação e o debate das propostas de plano ou de regulamento serão estabelecidos por resolução da Assembléia Geral.

TÍTULO VII DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 66. O Consórcio executará as suas receitas e despesas em conformidade com as normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

William Brando

27

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

AVERBADO

Art. 67. A Assembléia Geral, por maioria absoluta, aprovará o orçamento e os planos plurianuais.

Art. 68. Os Chefes dos Executivos aprovaram, por decretos municipais, o orçamento do Consórcio, já aprovado em Assembléia Geral.

Parágrafo Único - O orçamento poderá ser plenamente executado com a publicação dos decretos dos executivos municipais da maioria absoluta dos Consorciados.

Art. 69. O orçamento do Consórcio vincular-se-á ao orçamento dos Consorciados, pela inclusão:

- I – como receita, salvo disposição legal em contrário, de saldo positivo previsto entre os totais das receitas e despesas; e
- II – como subvenção econômica, na receita do orçamento do beneficiário, salvo disposição legal em contrário, do saldo negativo previsto entre os totais das receitas e despesas.

Art. 70. O orçamento e balanço do Consórcio serão publicados como complemento dos orçamentos e balanços dos Consorciados.

CAPÍTULO II DO ORÇAMENTO

Art. 71. A elaboração da proposta de orçamento do Consórcio, pelo Secretário Executivo, será estabelecida por resolução da Assembléia Geral.

Art. 72. Aprovado o orçamento, será ele publicado no sítio que o Consórcio manterá na internet.

CAPÍTULO III DO EXERCÍCIO FINANCEIRO

Art. 73. O exercício financeiro e fiscal do Consórcio encerra-se em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

William Prado

[Assinatura]

[Assinatura]
28

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

CAPÍTULO IV DA GESTÃO PATRIMONIAL

Assento
AVERBADO

Art. 74. Têm direito ao uso compartilhado de bens apenas os entes Consorciados.

§ 1º. O direito ao uso compartilhado poderá ser cedido mediante instrumento escrito, desde que dele se dê ciência ao Consórcio com razoável antecedência.

§ 2º. A Secretaria Executiva fixará normas para o uso compartilhado de bens, dispondo em especial sobre a sua manutenção, seguro, riscos, bem como despesas, se cabíveis, com combustível e lubrificantes, desde que aprovados pela Assembléia Geral.

TÍTULO VIII DA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 75. A alteração do Contrato de Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela Assembléia Geral, ratificado mediante lei por todos os Consorciados.

Art. 76. A alteração do Contrato de Consórcio Público obedecerá aos seguintes procedimentos:

I - apreciação da proposta de alteração do Contrato de Consórcio Público pela Assessoria Jurídica do Consórcio ou seus representantes, de cada um dos entes consorciados;

II - aprovação da proposta de alteração do Contrato de Consórcio Público pela Assembléia Geral;

III - à Secretaria Executiva do CONSÓRCIO caberá a elaboração do documento de referência de lei específica para alteração do Contrato de Consórcio Público, com mensagem e anteprojeto, para encaminhamento aos executivos dos entes consorciados;

William Radó

[Signature]
29

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

AVERBADO

- IV** - aprovada a lei para alteração do Contrato de Consórcio Público, em cada um dos municípios consorciados, esta deverá ser publicada nos mesmos moldes da lei ratificadora do Protocolo de Intenções;
- V** - o Contrato de Consórcio Público, com suas alterações, deverá ser publicado no sítio que o CONSÓRCIO manterá na internet; e
- VI** - para alteração do Contrato de Consórcio Público será necessária a presença e o voto da maioria absoluta dos membros da Assembléia Geral, em única convocação.

TÍTULO IX DOS RECURSOS HUMANOS

CAPÍTULO I DO PESSOAL

Art. 77. O quadro de pessoal do CONSÓRCIO será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT:

§ 1º. Regulamento específico deliberará sobre a descrição das funções, lotação, jornada de trabalho e denominação de seus empregos públicos e remuneração a ser instituído pela Assembléia.

§ 2º. Os empregados do Consórcio não poderão ser cedidos, inclusive aos consorciados, salvo no caso de exercício de função eletiva.

§ 3º. Aos empregos públicos aplicam-se as vedações e exceções previstas na Constituição Federal quanto ao acúmulo de empregos e cargos públicos.

Art. 78. A dispensa dos empregados do CONSÓRCIO dependerá de motivação prévia, respeitados a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo Único. A dispensa do empregado por justa causa obedecerá ao disposto na CLT.

CAPÍTULO II DA CESSÃO DE SERVIDORES PELOS ENTES CONSORCIADOS

William Frade

[Assinatura]
30

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

Assinatura
AVERBADO

Art. 79. Os Consorciados poderão disponibilizar servidores, na forma da legislação local.

§ 1º. Os servidores disponibilizados permanecerão atrelados ao regime jurídico originário, havendo possibilidade da concessão de gratificações ou adicionais, pelo CONSÓRCIO, nos termos e valores previamente definidos.

§ 2º. O pagamento de gratificações ou adicionais não configurará o estabelecimento de vínculo laborativo distinto, tampouco serão computadas para fins trabalhistas ou previdenciários.

§ 3º. Caso o ente consorciado assuma o ônus integral da disponibilização do servidor, poderá contabilizar tal despesa para fins compensatórios em relação aos compromissos assumidos no Contrato de Rateio.

CAPÍTULO III DA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

Art. 80. As contratações por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, somente poderão ocorrer, mediante justificativa expressa do Secretário Executivo e aprovação da maioria dos membros da Assembléia Geral.

Art. 81. Consideram-se necessidades temporárias de excepcional interesse público as seguintes hipóteses, dentre outras:

- I - o atendimento a situações de calamidade pública que acarretem risco de qualquer espécie a pessoas ou a bens públicos ou particulares;
- II - o combate a surtos epidêmicos;
- III - o atendimento a situações emergenciais; e
- IV - a realização de censo socioeconômico, de pesquisa cadastral ou de qualquer outra forma de levantamento de dados de cunho estatístico junto à população do Município, bem como campanhas específicas de interesse público;
- V – contratação em decorrência de celebração de convênios com prazo determinado.

Williano Brando

M

S
31

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

Assinatura
AVÉRBADO

Art. 82. O recrutamento do pessoal, a ser contratado nas hipóteses previstas no art. 77 deste Estatuto, dar-se-á mediante processo seletivo público simplificado, cujos critérios de seleção e requisitos da função serão estabelecidos em edital, com ampla divulgação em jornal de grande circulação, previamente autorizado pela Assembléia Geral.

Art. 83. As contratações temporárias para atender necessidade de excepcional interesse público ficam restritas àquelas situações em que, em razão da natureza da atividade ou evento, não se justifica manter o profissional no quadro do CONSÓRCIO, podendo ter a duração máxima de 1 (um) ano, admitindo-se a prorrogação, uma única vez, por período não superior a 1 (um) ano.

Art. 84. Na hipótese de, no curso do prazo contratual, cessar o interesse do CONSÓRCIO no prosseguimento do contrato sem que o contratado tenha dado causa para isso ou se o contratado solicitar o seu desligamento, sem justa causa, antes do termo final do contrato, aplicar-se-á o disposto nos arts. 479 e 480 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 85. Nas contratações por tempo determinado a remuneração será correspondente à média aritmética da remuneração paga a atribuições similares em cada um dos entes consorciados.

Art. 86. Não havendo atribuições similares, os salários serão fixados com base em pesquisa de mercado e mediante aprovação da Assembléia Geral.

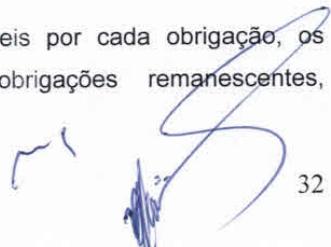
TÍTULO X DA EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO

Art. 86. Extinto o Consórcio:

I - os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços; e

II - até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os Consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes,

William Marinho



32

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

Assunto
AVERBADO

garantindo o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

TÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 87. Os casos omissos no Contrato de Consórcio Público serão dirimidos por deliberação da Assembléia Geral, assim ainda pela legislação aplicável à espécie.

Art. 88. O CONSÓRCIO sujeitar-se-á ao princípio da publicidade, publicando todas as decisões que digam respeito a terceiros e as de natureza orçamentária, financeira ou contratual, inclusive as que concernem à admissão de pessoal.

Art. 89. Serão publicados os termos dos contratos de gestão, dos termos de parceria celebrados e do Contrato de Rateio anual, na imprensa oficial ou no veículo de imprensa com âmbito regional.

Parágrafo Único. As publicações acima referidas poderão ser resumidas, desde que indiquem o local e sítio da internet em que possa ser obtida a versão integral dos referidos documentos.

Art. 90. Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Estatuto.

Art. 91. O cargo eletivo de Vice-Presidente criado no presente estatuto terá sua inclusão somente na próxima eleição a ser realizada na primeira semana do mês de Janeiro de 2013.

Art. 92. Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público que originar, fica eleito o foro do Município de Irecê, BA.

Art. 93. O presente Estatuto revoga o anterior e as disposições em contrário, entrando em vigor após sua aprovação na Assembléia Geral realizada no dia 06 de junho de 2012, e de seu registro no Cartório de Pessoas Jurídicas, revogando também todas as disposições e normas internas que com ele sejam incompatíveis, cabendo à

William Marques

[Assinatura]
33

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

J. B. Góes
AVÉRBADO

Assembléia Geral do CONSÓRCIO suprir omissões e dirimir dúvidas de interpretação de seu conteúdo.

Art. 94. O presente estatuto e suas respectivas alterações passarão a viger após a sua publicação, por extrato na imprensa oficial ou no veículo de imprensa que vier a ser adotado como tal.

Parágrafo Único. A publicação acima referida poderá ser resumida, desde que indique o local e sítio da internet em que possa ser obtida a versão integral dos referidos documentos.

Irecê, 06 de junho de 2012.

[Assinatura]
JOSÉ CARLOS DOURADO DAS VIRGENS

PRESIDENTE DO CDS DEIRECÊ

William Prado Ferreira

WILLIAM PRADO FERREIRA

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CDS IRECÊ

Rafael Pereira Lima

RAFAEL PEREIRA LIMA
OAB/SP 279.769

CARTÓRIO DO REGISTRO DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS
ANOTAÇÃO

Prot. nº 3403 Liv. A-13 Fls. 50

Registro nº 3642 Liv. A-51 Fls. 274/322

Irecê - Ba., 28 de junho de 2012

4º Oficial *J. B. Góes*



34

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

Outros

REGISTRADO

PREÂMBULO

Por iniciativa do Governo Federal, o Estado da Bahia, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – Sedur, iniciou diálogo com os Municípios, no sentido de estudar a alternativa de se instituir consórcios públicos para viabilizar a gestão adequada de resíduos sólidos.

O debate, no interior da Sedur foi se ampliando. Com isso, a motivação inicial para os consórcios públicos, restrita ao manejo adequado dos resíduos sólidos, se ampliou para uma proposta de política de saneamento básico regionalizada, cujos princípios e diretrizes foram estabelecidos pela Lei estadual nº. 11.172, de 1º de dezembro de 2008. A seguir, os objetivos foram mais uma vez ampliados, no sentido de se utilizar o consórcio como forma de viabilizar o desenvolvimento urbano, em especial em seu planejamento e gestão.

Por fim, houve ainda mais uma ampliação de objetivos, pelo que a iniciativa ultrapassou o âmbito de atuação da Sedur, tornando-se proposta do conjunto do Governo do Estado. Com isso, os consórcios públicos passam a ser considerados instrumentos para se atingir objetivo bem mais ambicioso, qual seja: proporcionar o desenvolvimento sustentável em todas as regiões que compõe o território do Estado da Bahia.

O presente instrumento é produto desse processo, que envolveu tanto o debate no interior do Governo do Estado, como o diálogo com os Municípios. O objetivo inicial ainda é o de se viabilizar a gestão adequada dos resíduos sólidos, atendendo os termos da cooperação estabelecida com o Ministério do Meio Ambiente, mas com a perspectiva de, pouco a pouco, agregarem se outros objetivos, para se alcançar a meta de viabilizar o desenvolvimento sustentável, expressão entendida como a promoção do bem estar da população de forma ecologicamente equilibrada e socialmente justa.

Eis as razões pelas quais o Estado da Bahia e os Municípios baianos adiante mencionados celebram o presente

1



CM
Uessia Mendes Oliveira
Oficial Deleg. Reg. Tl. Documentos
Irecê - Bahia

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

CAPÍTULO I

DOS CONSORCIADOS E DO CONSORCIAMENTO

CLÁUSULA 1^a (*Dos subscritores*). São subscritores deste Protocolo de Intenções:

I – O ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 13.937.032/000160, com sede na 3^a Avenida, nº. 390, Centro Administrativo da Bahia, Município de Salvador, Estado da Bahia, neste ato representado pelo Governador do Estado;

II – O MUNICÍPIO DE AMÉRICA DOURADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.891.536/0001-96, com sede na Av. Romão Gramacho, nº15, neste ato representado por seu Prefeito Municipal;

III – O MUNICÍPIO DE BARRA DO MENDES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.702.238/0001-00, com sede na Rua Álvaro Campos de Oliveira, s/n, neste ato representado por seu Prefeito Municipal;

IV – O MUNICÍPIO DE BARRRO ALTO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.234.349/0001-30, com sede na Rua Miguel Marques Almeida, s/n, neste ato representado por seu Prefeito Municipal;

V – O MUNICÍPIO DE BROTAZ DE MACAÚBAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.797.600/0001-74, com sede na Praça dos Poderes, nº95, neste ato representado por seu Prefeito Municipal;

VI – O MUNICÍPIO DE CAFARNAUM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.714.142/0001-62, com sede na Rua Djalma Rios, nº.1, neste ato representado por seu Prefeito Municipal;

VII – O MUNICÍPIO DE CANARANA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.714.464/0001-01, com sede na Praça da Matriz, nº224, neste ato representado por seu Prefeito Municipal;

2

2


Uéssia Mendes Oliveira
Oficial Desig. Reg. Tit. Documentos
Irecê - Bahia

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

VIII – **O MUNICÍPIO DE CENTRAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 14.136.816/0001-51, com sede na Praça José de Castro Honorato, nº22, neste ato representado por seu Prefeito Municipal;

IX – **O MUNICÍPIO DE GENTIO DOURADO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.879.390/0001-63, com sede na Praça Alberto Sampaio, nº01, neste ato representado por seu Prefeito Municipal;

X – **O MUNICÍPIO DE IBITITÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.715.057/0001-19, com sede na Praça Dr. Sidney Dourado Matos, nº70, neste ato representado por seu Prefeito Municipal;

XI – **O MUNICÍPIO DE IBIPEBA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.714.803/0001-50, com sede na Praça do Comércio, nº02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal;

XII – **O MUNICÍPIO DE IPUPIARA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.798.384/0001-81, com sede na Praça Santos Dumont, nº. 101, neste ato representado por seu Prefeito Municipal;

XIII – **O MUNICÍPIO DEIRECÉ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.715.891/0001-04, com sede na Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº01, neste ato representado por seu Prefeito Municipal;

XIV – **O MUNICÍPIO DE ITAGUAÇÚ DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 16.445.843/0001-31, com sede na Rua Deputado Reinaldo Braga, s/n, neste ato representado por seu Prefeito Municipal;

XV – **O MUNICÍPIO DE JOÃO DOURADO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.891.510/0001-48, com sede na Praça João Dourado, nº06, neste ato representado por seu Prefeito Municipal;

XVI – **O MUNICÍPIO DE JUSSARA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.717.277/0001-81, com sede na Praça Máximo Guedes, nº93, neste ato representado por seu Prefeito Municipal;

XVII – **O MUNICÍPIO DE LAPÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.891.528/0001-40, com sede na Avenida 9 de Maio, nº95, neste ato representado por seu Prefeito Municipal;

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

XVIII – O MUNICÍPIO DE MULUNGU DO MORRO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 16.445.8876/0001-81, com sede na Rua Eronildes Souza Santos, nº47, neste ato representado por seu Prefeito Municipal;

XIX – O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE DUTRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.717.798/0001-39, com sede na Av. São Gabriel, nº226, neste ato representado por seu Prefeito Municipal;

XX – O MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.891.544/0001-32, com sede na Largo da Pátria, nº132, neste ato representado por seu Prefeito Municipal;

XXI – O MUNICÍPIO DE UIBAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 14.140.701/0001-30, com sede na Av. Pedro Joaquim Machado, s/n, neste ato representado por seu Prefeito Municipal;

XXII – O MUNICÍPIO DE XIQUE-XIQUE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.880.257/0001-27, com sede na Praça Dão Máximo, nº384, neste ato representado por seu Prefeito Municipal;

§ 1º O ente da Federação não mencionado no **caput** somente poderá integrar o Consórcio por meio de instrumento de alteração do Contrato de Consórcio Público.

§ 2º Todos os Municípios criados através de desmembramento ou de fusão de quaisquer dos entes mencionados nos incisos do **caput** considerar-se-ão subscritores do Protocolo de Intenções ou consorciados, caso o Município-mãe ou o que tenha participado da fusão ou incorporação seja respectivamente subscritor ou consorciado.

CLÁUSULA 2ª (Da ratificação). O Protocolo de Intenções, após sua ratificação mediante leis aprovadas por, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos Municípios que o tenham subscrito converter-se-á automaticamente em Contrato de Consórcio Público, ato constitutivo do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DEIRECÉ – CDS DEIRECÉ**.

§ 1º Somente será considerado consorciado o ente da Federação subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei.

§ 2º Será automaticamente admitido como consorciado o ente da Federação que efetuar a ratificação em até 2 (dois) anos da data da primeira subscrição deste instrumento.

4



Uéssia Mendes Oliveira
Oficial Desig. Reg. Tit. Documentos
Irecê - Bahia

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

§ 3º A ratificação realizada após 2 (dois) anos da data da primeira subscrição somente será válida após homologação da Assembléia Geral.

§ 4º A subscrição pelo Chefe do Poder Executivo não induz a obrigação de ratificar, cuja decisão caberá, soberanamente, ao respectivo Poder Legislativo.

§ 5º Somente poderá ratificar este instrumento o ente da Federação que, antes, o tenha subscrito.

§ 6º. A alteração do Contrato de Consórcio dependerá de instrumento aprovado pela Assembléia Geral, cuja eficácia dependerá de ratificação, mediante lei, por parte de todos os consorciados.

CAPÍTULO II

DA DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE

CLÁUSULA 3º (*Da denominação e natureza jurídica*). O **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DEIRECÊ (CDS – DEIRECÊ)** é uma autarquia, do tipo associação pública (art. 41, IV, do Código Civil).

PARÁGRAFO ÚNICO. O Consórcio adquirirá personalidade jurídica com a conversão do presente Protocolo de Intenções em Contrato de Consórcio Público (Cláusula 2ª, *caput*).

CLÁUSULA 4ª (*Do prazo de duração*). O Consórcio vigerá por prazo indeterminado.

CLÁUSULA 5ª (*Da sede*). A sede do Consórcio é o Município de Irecê, Estado da Bahia.

PARÁGRAFO ÚNICO. A Assembléia Geral poderá alterar a sede mediante decisão adotada com o mesmo quorum exigido para a aprovação de alteração dos estatutos, podendo manter escritórios em outros Municípios.

CLÁUSULA 6ª. (*Da área de atuação*). A área de atuação do Consórcio corresponde à soma dos territórios dos Municípios que o integram.

CAPÍTULO III

DAS FINALIDADES

CLÁUSULA 7º (*Do objetivo*). O objetivo do **CDS – DEIRECÊ** é promover o desenvolvimento sustentável na sua área de atuação.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

PARÁGRAFO ÚNICO. Para fins do **caput** entende-se por desenvolvimento sustentável o que promova o bem-estar de forma socialmente justa e ecologicamente equilibrada.

CLÁUSULA 8^a (Das finalidades). O **CDS – DE IRECÊ** tem por finalidades:

I – a elaboração de propostas para o desenvolvimento regional, inclusive realizando debates e executando estudos;

II – a gestão associada de serviços públicos de saneamento básico, de transporte urbano ou intermunicipal, construção e manutenção de estradas, abatedouros e frigoríficos;

III – a implantação e manutenção de infraestrutura e equipamentos urbanos;

IV – a promoção do turismo, inclusive mediante gestão ou exploração de bens ou equipamentos e execução de obras;

V – a disciplina do trânsito urbano, inclusive efetivando seu planejamento e exercendo o poder de polícia na instância direta ou recursal;

VI – a execução de ações de desenvolvimento rural, inclusive o apoio à agricultura familiar;

VII – a execução de ações de assistência social e de segurança alimentar e nutricional, atendidos os princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

VIII – o apoio aos consorciados no que se refere:

a) à gestão administrativa e financeira municipal, inclusive treinamento e formação de cidadãos e servidores municipais;

b) ao planejamento e gestão urbana e territorial municipal ou intermunicipal, inclusive regularização fundiária e mobilidade urbana, e da política habitacional;

c) à gestão e manutenção de infraestrutura aeroportuária, atendidos os termos de delegação da União;

d) à gestão da política ambiental, inclusive subsidiando a emissão de licenças e a fiscalização;

e) à execução de ações de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional e de alfabetização, inclusive de adultos, bem

6

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

como de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX – o planejamento e a execução descentralizada da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano;

X – a execução de forma descentralizada da Política Estadual de Cultura, bem como a integração das ações de política cultural dos entes da Federação consorciados;

XI – a participação na formulação da Política Estadual de Planejamento e Ordenamento Territorial, bem como na execução de ações a ela relativas;

XII – a aquisição de bens ou a execução de obras para o uso compartilhado ou individual dos consorciados, bem como a administração desses bens ou outros cuja gestão venha a ser entregue ao Consórcio;

XIII – a realização de licitações compartilhadas de que decorra contrato a ser celebrado por órgão ou entidade da administração direta ou indireta de consorciado.

§ 1º. No âmbito da gestão associada prevista no inciso II do **caput**:

I – no que se refere ao exercício de competências relativas ao planejamento, regulação, fiscalização ou o modelo de prestação, inclusive contratação, dos serviços públicos dar-se-á nos termos de decisão da Assembléia Geral, exigida a manifestação unânime dos entes da Federação consorciados;

II – no que se refere à prestação dos serviços pelo próprio Consórcio, dependerá da celebração de contrato de programa.

§ 2º. As finalidades previstas nos incisos III, IV, V e VIII, alíneas “d” e “e”, do **caput**, dependerão de convênios com o Município consorciado, os quais poderão prever transferência de recursos financeiros somente por meio de contratos a eles vinculados.

§ 3º. Os convênios previstos no § 2º poderão prever a execução direta, pelo Consórcio, de ações de educação profissional, alfabetização, inclusive de adultos, e transporte escolar.

§ 4º. Mediante a lei que ratificar o presente instrumento, e constituído o consórcio público, ficam revogadas, no território de atuação do Consórcio, as competências iguais ou assemelhadas antes atribuídas a órgãos ou entidades que integram a administração de ente da Federação consorciado, com exceção das competências previstas nos incisos III, IV, V e VIII, alíneas “d” e “e”, do **caput**, em que apenas a execução da competência será delegada, mediante convênios




Gessia Mendes Oliveira
Oficial Design. Rep. Tit. Documentos
Pecel - Bahia

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

§ 5º. Dependerá da decisão da Assembléia Geral prevista no inciso I do § 1º a revogação prevista no § 4º em relação ao planejamento, regulação, fiscalização e modelo de prestação de serviços públicos em regime de gestão associada.

§ 6º. Os bens adquiridos ou produzidos na forma do inciso XII do **caput**, inclusive o derivados de obras ou investimentos em comum, terão o seu uso e propriedade disciplinados por contrato entre os entes da Federação interessados e o Consórcio.

§ 7º. Omissos o contrato mencionado no § 6º, nos casos de retirada de consorciado ou de extinção do Consórcio, os bens permanecerão em condomínio entre os entes da Federação que contribuíram para a sua aquisição ou produção.

§ 8º. As licitações compartilhadas mencionadas no inciso XIII do **caput** poderão se referir a qualquer atividade de interesse de consorciado, não ficando adstritas ao atendimento de finalidades específicas do Consórcio.

§ 9º. O exercício das competências previstas nos incisos IX, X e XI, e a gestão associada de serviços de transporte público intermunicipal, dependerá de o Estado da Bahia ratificar o presente instrumento.

CLÁUSULA 9ª (Das atribuições). Para viabilizar as finalidades mencionadas na Cláusula 8ª, o Consórcio poderá:

I – realizar estudos técnicos e pesquisas, elaborar e monitorar planos, projetos e programas, inclusive para obtenção de recursos estaduais ou federais;

II - prestar serviços por meio de contrato de programa que celebrar com os titulares interessados;

III - regular e fiscalizar a prestação de serviços públicos, diretamente ou mediante convênio com entidade municipal ou estadual;

IV - executar, manter ou viabilizar a execução de obras, inclusive mediante licitação e celebração de contratos administrativos, em especial os de concessão ou permissão;

V - adquirir ou administrar bens;

VI - promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social;

VII - assessorar e prestar assistência técnica, administrativa, contábil e jurídica aos Municípios consorciados;

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

VIII - capacitar cidadãos e lideranças dos Municípios consorciados, servidores do Consórcio ou dos entes da Federação consorciados;

IX - promover campanhas educativas e mobilizar a sociedade civil para a gestão participativa;

X - formular, implantar, operar e manter sistemas de informações articulados com os sistemas estadual e nacional correspondentes;

XI - elaborar e publicar revistas ou outros periódicos, cartilhas, manuais e quaisquer materiais técnicos ou informativos, impressos ou em meio eletrônico, bem como promover a divulgação e suporte das ações do Consórcio por qualquer espécie de mídia;

XII - exercer o poder de polícia administrativa;

XIII - rever e reajustar taxas e tarifas de serviços públicos, bem como elaborar estudos e planilhas referentes aos custos dos serviços e sua recuperação;

XIV - emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e de outros preços públicos, inclusive mediante convênio com entidades privadas ou públicas;

XV - prestar apoio financeiro e operacional para o funcionamento de fundos e conselhos;

XVI - representar os titulares, ou parte deles, em contrato de concessão celebrado após licitação, ou em contrato de programa que possua por objeto a prestação de serviços públicos;

XVII - realizar estudos técnicos para informar o licenciamento ambiental e urbanístico por consorciado;

XVIII - prestar serviço de utilidade pública de planejamento, gestão, operação, educação, aplicação de penalidades e fiscalização dos sistemas locais de trânsito e dos modos de transporte público coletivos dos consorciados e demais prerrogativas previstas no Código de Trânsito Brasileiro, ou de outra atividade diretamente relacionada;

XIX - exercer outras competências necessárias à fiel execução de suas finalidades e que sejam compatíveis com o seu regime jurídico.

§ 1º. O convênio previsto no inciso III poderá delegar a arrecadação da taxa prevista no Anexo 4 deste instrumento, bem como a aplicação dos recursos, nos termos de plano de trabalho, devendo haver a prestação de contas ao Consórcio.

9

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

§ 2º. Ao consórcio é vedado celebrar contrato de gestão ou termo de parceria.

CAPÍTULO IV DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

CLÁUSULA 10ª (*Da autorização*). Os consorciados autorizam a gestão associada de serviços públicos, atendidas as condições seguintes:

I – transferência, ao Consórcio, das competências relativas ao planejamento, regulação, fiscalização, prestação e contratação da prestação delegada de serviços públicos;

II – que a gestão associada tenha por limite os serviços públicos:

- a) mencionados no inciso II da Cláusula 8ª;
- b) prestados na área de atuação do Consórcio;

III – fica expressamente autorizada ao Consórcio a celebração de contrato de concessão, bem como promover a licitação para tanto necessária, ou a celebração de contrato de programa, para delegar a prestação de quaisquer atividades que integram os serviços públicos mencionados no inciso II da Cláusula 8ª;

IV – os contratos mencionados no inciso III deverão atender ao planejamento dos serviços públicos, em especial, quando previstas, as metas de universalização de acesso aos serviços, não podendo ter prazo superior a 30 (trinta) anos, incluídas as prorrogações;

V – as tarifas, ou outros preços públicos, previstos no contrato deverão atender ao disposto em estudo de viabilidade técnica e econômica, bem como deverão ser reajustados e revisados atendendo-se o disposto na legislação federal.

PARÁGRAFO ÚNICO. A eficácia da autorização mencionada no **caput** dependerá de decisão da Assembléia Geral que discipline os seus termos.

CLÁUSULA 11ª (*Da uniformidade das normas de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços em regime de gestão associada*). Mediante a ratificação do presente instrumento, mediante lei, as normas dos Anexos 2, 3 e 4 converter-se-ão nas normas municipais de disciplina do planejamento, regulação, fiscalização, contratação e prestação dos serviços em regime de gestão associada.

TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I

10

10


Uéssia Mendes Oliveira
Oficial Desig. Reg. Tit. Documentos
Irecê - Bahia

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 12^a (*Dos estatutos*). O Consórcio será organizado por estatutos cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas do Contrato de Consórcio Público.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os estatutos poderão dispor sobre o exercício do poder disciplinar e regulamentar, procedimento administrativo e outros temas referentes ao funcionamento e organização do Consórcio.

CAPÍTULO II DOS ÓRGÃOS

CLÁUSULA 13^a (*Da Autarquia*). São órgãos do Consórcio:

- I – Assembléia Geral;
- II – Presidência;
- III – Secretaria Executiva;
- IV – Conselho Consultivo.

§ 1º. Os estatutos poderão dispor sobre a criação e o funcionamento do Conselho de Administração, Câmaras Temáticas, Ouvidoria, Câmara de Regulação e de outros órgãos internos da organização do Consórcio, sendo vedada a criação de cargos, empregos e funções remunerados.

§ 2º. É assegurado à sociedade civil o direito de participar dos órgãos colegiados que integram o Consórcio, com exceção:

- I - dos previstos no inciso I do **caput** e os que nele se circunscrevem;
- II - das comissões de licitação ou de natureza disciplinar.

CAPÍTULO III DA ASSEMBLÉIA GERAL

Seção I

Do funcionamento

CLÁUSULA 14^a (*Natureza e composição*). A Assembléia Geral, instância máxima do Consórcio é órgão colegiado composto pelos representantes de todos os entes da Federação consorciados.

§ 1º O Vice-Governador e os Vice-Prefeitos de consorciado poderão participar de todas as reuniões da Assembléia Geral com direito a voz.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

§ 2º No caso de ausência do Governador e do Prefeito de consorciado, o Vice-Governador, ou o Vice-Prefeito respectivo, assumirá a representação do ente da Federação na Assembléia Geral, inclusive com direito a voto, salvo se o Governador ou Prefeito enviar representante especialmente designado, o qual assumirá os direitos de voz e voto.

§ 3º. Nenhum servidor do Consórcio poderá representar qualquer ente consorciado na Assembléia Geral, e nenhum servidor de ente consorciado poderá representar outro ente consorciado, salvo as exceções previstas nos estatutos.

§ 4º. Ninguém poderá representar dois ou mais consorciados na mesma Assembléia Geral.

CLÁUSULA 15ª (Das reuniões). A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente ao menos 2 (duas) vezes por ano, na forma fixada nos estatutos, e, extraordinariamente, sempre que convocada.

PARÁGRAFO ÚNICO. A forma de convocação das Assembléias Gerais ordinárias e extraordinárias será definida nos estatutos.

CLÁUSULA 16ª (Dos votos). Na Assembléia Geral, cada um dos Municípios consorciados terá direito a 10 (dez) votos e o Estado da Bahia terá direito a um terço do total de votos da Assembléia.

§ 1º. Para apuração dos votos do Estado será utilizada a fórmula seguinte:

$$nm \times 10 \div 2 = ve, \text{ sendo};$$

nm = número de Municípios

ve = votos do Estado

§ 1º O voto será público, nominal e aberto.

§ 2º O Presidente do Consórcio, salvo nas eleições, nas destituições e nas decisões que exijam quorum qualificado, votará apenas para desempatar.

CLÁUSULA 17ª (Do quorum de instalação). A Assembléia Geral instalar-se-á com a presença de pelo menos 2/5 (dois quintos) dos entes consorciados.

CLAUSULA 18ª (Dos quora de deliberação). A Assembléia Geral somente poderá deliberar com a presença de mais da metade dos entes consorciados, exceto sobre as matérias que exijam quorum superior nos termos deste instrumento ou dos estatutos.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO!

CLAUSULA 19^a (*Dos quora para as decisões*). As decisões da Assembléia Geral serão tomadas, salvo as exceções previstas neste instrumento e nos estatutos, mediante maioria de, pelo menos, metade mais um dos votos dos presentes.

Seção II

Das competências

CLÁUSULA CLAUSULA 20^a (*Das competências*). Compete à Assembléia Geral:

I – homologar o ingresso no Consórcio de ente federativo que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após 2 (dois) anos de sua subscrição;

II – aplicar a pena de exclusão do Consórcio, bem como desligar temporariamente consorciado;

III – elaborar os estatutos do Consórcio e aprovar as suas alterações;

IV – eleger ou destituir o Presidente do Consórcio ou membro do Conselho de Administração;

V – aprovar:

a) orçamento plurianual de investimentos;

b) programa anual de trabalho;

c) o orçamento anual do Consórcio, bem como os respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio;

d) a realização de operações de crédito;

e) a alienação e a oneração de bens do Consórcio ou a oneração daqueles que, nos termos de contrato de programa, tenham sido outorgados os direitos de exploração ao Consórcio;

VI – homologar, atendidos os requisitos previstos nos estatutos:

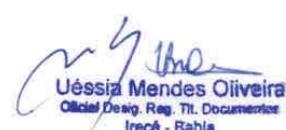
a) os planos relativos à gestão do território, habitação, regularização fundiária, turismo, trânsito urbano e interurbano na área de atuação do consórcio, desenvolvimento rural; meio ambiente, cultura e de serviços públicos;

b) os regulamentos dos serviços públicos;

c) as minutas de contratos de programa nas quais o Consórcio comparece como contratante ou como prestador de serviço público;

13

13


Uéssia Mendes Oliveira
Oficial Deleg. Reg. Ttl. Documentos
Irecê - Bahia

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

d) a minuta de edital de licitação e de contrato para concessão de serviço ou obra pública;

e) o reajuste e a revisão das tarifas e preços públicos;

f) o reajuste dos valores da taxa de coleta, remoção e destinação de resíduos sólidos urbanos, nos termos das leis municipais;

VII - monitorar e avaliar a execução dos planos dos serviços públicos;

VIII - aceitar a cessão de servidores por ente federativo, consorciado ou conveniado ao Consórcio;

IX – apreciar e sugerir medidas sobre:

a) a melhoria dos serviços prestados pelo Consórcio;

b) o aperfeiçoamento das relações do Consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas;

X – homologar a indicação do Secretário Executivo.

§ 1º. A Assembléia Geral, presentes pelo menos 3/5 (três quintos) dos consorciados, poderá aceitar a cessão de servidores ao Consórcio. No caso de cessão com ônus para o Consórcio exigir-se-á, para a aprovação, pelo menos 4/5 (quatro quintos) dos votos dos consorciados presentes.

§ 2º. Os estatutos preverão as matérias que a Assembléia Geral poderá deliberar somente quando decorrido o prazo para manifestação do Conselho Consultivo.

§ 3º. As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelos estatutos.

Seção III

Da eleição destituição do Presidente e do Conselho de Administração

CLÁUSULA 21ª (Da eleição do Presidente). O Presidente será eleito em Assembléia Geral, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros 30 (trinta) minutos. Somente são admitidos como candidatos Chefes do Poder Executivo de consorciado.

§ 1º O Presidente será eleito mediante voto secreto, salvo quando a eleição se der por aclamação.

§ 2º. Será considerado eleito o candidato que obtiver ao menos 2/3 (dois terços) dos votos, só podendo ocorrer a eleição com a presença de ao menos 3/5 (três quintos) dos consorciados.

14

14



Uéssia Mendes Oliveira
Órfão Design. Reg. Tit. Documentista
Irecê - Bahia

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

§ 3º. Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 (dois terços) dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, tendo como concorrentes os dois mais votados no primeiro turno. No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos válidos, excluídos os brancos e nulos.

§ 4º. Não concluída a eleição, será convocada nova Assembléia Geral com essa mesma finalidade, a se realizar entre 20 (vinte) e 40 (quarenta) dias, prorrogando-se pro *tempore* o mandato daquele que estiver no exercício das funções da Presidência.

CLÁUSULA 22ª (Da destituição do Presidente ou de membro do Conselho Administração). Em qualquer Assembléia Geral poderá ser votada a destituição do Presidente do Consórcio ou de qualquer dos membros do Conselho de Administração, bastando ser apresentada moção de censura com apoio de pelo menos 1/5 (um quinto) dos consorciados, desde que presentes pelo menos 3/5 (três quintos) dos entes consorciados. A moção de censura não será motivada, ocorrendo por mera perda de confiança.

§ 1º Em todas as convocações de Assembléia Geral deverão constar como item de pauta: “apreciação de eventuais moções de censura”.

§ 2º Apresentada moção de censura, as discussões serão interrompidas e será ela imediatamente apreciada, sobrestando-se os demais itens da pauta.

§ 3º A votação da moção de censura será efetuada depois de facultada a palavra, por 15 (quinze) minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao Presidente ou ao membro do Conselho de Administração que se pretenda destituir.

§ 4º Será considerada aprovada a moção de censura por metade mais 1 (um) dos votos dos presentes à Assembléia Geral, em votação nominal e pública.

§ 5º Caso aprovada moção de censura, haverá imediata e automática destituição, procedendo-se, na mesma Assembléia, à eleição para completar o período remanescente de mandato.

§ 6º Na hipótese de não se viabilizar a eleição, será designado Presidente ou membro do Conselho de Administração pro *tempore* por metade mais 1 (um) dos votos presentes. O Presidente ou membro do Conselho de Administração pro *tempore* exercerá as suas funções até a próxima Assembléia Geral, a se realizar entre 20 (vinte) e 40 (quarenta) dias.

15

15


Uêssia Mendes Oliveira
Oficial Desig. Reg. Tr. Documentos
Irecê - Bahia

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

§ 7º Rejeitada moção de censura, nenhuma outra poderá ser apreciada na mesma assembléia e nos 180 (cento e oitenta) dias seguintes.

Seção IV

Das atas

CLÁUSULA 23^a (*Do registro*). Nas atas da Assembléia Geral serão registradas:

I – por meio de lista de presença, todos os entes federativos representados na Assembléia Geral, indicando o nome do representante e o horário de seu comparecimento;

II – de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembléia Geral;

III – a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembléia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

§ 1º Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembléia Geral mediante decisão na qual se indique expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada pela metade mais 1 (um) dos votos dos presentes e a ata deverá indicar expressa e nominalmente os representantes que votaram a favor e contra o sigilo.

§ 2º A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu o término dos trabalhos da Assembléia Geral.

CLÁUSULA 24^a. (*Da publicação*). Sob pena de ineficácia das decisões, a íntegra da ata da Assembléia Geral será, em até 10 (dez) dias, afixada na sede do Consórcio e publicada no sítio que o Consórcio mantiver na internet por pelo menos dois anos.

Parágrafo único. Cópia autenticada da ata será fornecida:

I mediante o pagamento das despesas de reprodução, para qualquer do povo, independentemente da demonstração de seu interesse;

II – de forma gratuita, no caso de solicitação de qualquer órgão ou entidade, inclusive conselho, que integre a Administração de consorciado.

CAPÍTULO IV

16

16

Uéssia Mendes Oliveira
Oficial Digital, Reg. TII, Documentos
Irecê - Bahia

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

DA PRESIDÊNCIA

CLÁUSULA 25^a (Da competência). Sem prejuízo do que prever os Estatutos do Consórcio, incumbe ao Presidente:

I – ser o representante legal do Consórcio;

II – como ordenador das despesas do Consórcio, responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

III – indicar, para apreciação da Assembléia Geral, nome para ocupar o emprego público de Secretário Executivo;

IV – nomear e exonerar o Secretário Executivo;

V – exercer as competências não atribuídas a outro órgão por este instrumento ou pelos estatutos.

§ 1º Com exceção das competências previstas nos incisos I, III e IV, todas as demais poderão ser delegadas ao Secretário Executivo.

§ 2º Os estatutos disciplinarão sobre o exercício:

I - interino das funções da Presidência, inclusive para evitar inelegibilidade;

II - em substituição ou em sucessão nos casos em que o Presidente não mais exercer a Chefia do Poder Executivo de consorciado.

CAPÍTULO V

DA SECRETARIA EXECUTIVA

CLÁUSULA 26^a (Da nomeação). Fica criado o emprego público em comissão de Secretário Executivo, com vencimentos constantes da tabela do Anexo 1.

§ 1º O emprego público em comissão de Secretário Executivo será provido mediante indicação do Presidente do Consórcio, homologado pela Assembléia Geral, entre pessoas que satisfaçam os seguintes requisitos:

I – inquestionável idoneidade moral;

II – formação de nível superior.

§ 2º Caso seja servidor do Consórcio ou de ente consorciado, o Secretário Executivo será automaticamente afastado de suas funções originais.

§ 3º O ocupante do emprego público de Secretário Executivo estará sob regime de dedicação exclusiva, somente podendo exercer outra atividade remunerada nas hipóteses previstas nos estatutos.

§ 4º O Secretário Executivo poderá ser exonerado *ad mutum* por ato do Presidente.

17

17

Uéssia Mendes Oliveira
Oficial Digital. Rep. Tit. Documento
Irecê - Bahia

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

CLÁUSULA 27^a (Das competências). Além das competências previstas nos estatutos, compete ao Secretário Executivo:

I – quando convocado, comparecer às reuniões de órgãos colegiados do Consórcio;

II – secretariar as reuniões da Assembléia Geral do Consórcio;

III – movimentar as contas bancárias do Consórcio em conjunto com o Presidente ou com outra pessoa designada pelos estatutos, bem como elaborar os boletins diários de caixa e de bancos;

IV – submeter ao presidente, e a outros órgãos designados pelos estatutos, as propostas de plano plurianual e de orçamento anual do Consórcio;

V – praticar todos os atos necessários à execução da receita e da despesa;

VI – exercer a gestão patrimonial;

VII – zelar por todos os documentos e informações produzidos pelo Consórcio, providenciando a sua adequada guarda e arquivo;

VIII – praticar atos relativos à área de recursos humanos e administração de pessoal, cumprindo e se responsabilizando pela observância dos preceitos da legislação trabalhista e previdenciária;

IX – fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos;

X – promover a publicação de atos e contratos do Consórcio, quando essa providência for prevista em Lei, neste instrumento ou nos estatutos, respondendo civil, administrativa e criminalmente pela omissão dessa providência.

§ 1º Além das atribuições previstas no **caput**, o Secretário Executivo poderá exercer, por delegação, atribuições de competência do Presidente do Consórcio.

§ 2º A delegação prevista no § 1º dependerá de ato escrito e publicado no sítio que o Consórcio mantiver na internet, devendo tal publicação ocorrer entre a sua data de início de vigência e até 1 (um) ano após a data de término da delegação.

CAPÍTULO VI DO CONSELHO CONSULTIVO

18

18


Uéssia Mendes Oliveira
Órgão Delegado Reg. T.I. Documento
Irecê - Bahia

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

CLÁUSULA 28^a (*Da natureza e atribuições*). O Conselho Consultivo é órgão permanente, de natureza colegiada, com as atribuições de opinar sobre as matérias constantes dos incisos V a VII da Cláusula 20^a.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os estatutos poderão prever outras atribuições ao Conselho Consultivo.

CLÁUSULA 29^a (*Da composição*). Os estatutos disporão sobre a composição do Conselho Consultivo, bem como a forma da escolha de seus integrantes, assegurada a participação exclusiva de representantes da sociedade civil, a qual deverá contemplar, pelo menos, os seguintes segmentos sociais:

I – movimentos sociais, populares e de moradores, inclusive de vilas e povoados;

II – trabalhadores, por suas entidades sindicais;

III – empresários, por suas entidades classistas;

IV – entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa;

V – organizações não governamentais.

PARÁGRAFO ÚNICO. Nos termos dos estatutos, a participação nas reuniões do Conselho Consultivo poderá ser remunerada.

TÍTULO III DA GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CONSÓRCIO CAPÍTULO I DOS AGENTES PÚBLICOS

Seção I

Disposições gerais

CLÁUSULA 30^a (*Do exercício de funções remuneradas*). Somente serão remunerados pelo Consórcio, para nele exercer funções, os contratados para ocupar algum dos empregos públicos previstos no Anexo 1 deste instrumento.

§ 1º Nos termos dos estatutos, os empregados públicos do Consórcio ou servidores a ele cedidos, excetuado o Secretário Executivo, no exercício de funções que sejam consideradas de chefia, direção ou assessoramento superior poderão ser gratificados até a razão de 30% (trinta por cento) de sua remuneração

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

total, proibindo-se o cômputo da gratificação para o cálculo de quaisquer parcelas remuneratórias, salvo férias e décimo - terceiro salário.

§ 2º A atividade da Presidência e a de membro do Conselho de Administração, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembléia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

Seção II

Dos empregos públicos

CLÁUSULA 31ª (*Do regime jurídico*). Os servidores do Consórcio são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

§ 1º Regulamento específico deliberará sobre a descrição das funções, lotação, jornada de trabalho e denominação de seus empregos públicos.

§ 2º Os empregados do Consórcio não poderão ser cedidos, inclusive aos consorciados, salvo no caso de exercício de função eletiva.

CLÁUSULA 32ª (*Do quadro próprio de pessoal*). O quadro próprio de pessoal do Consórcio será de até 52 (cinquenta e dois) empregados, mediante provimento dos empregos públicos constantes do Anexo 1 deste instrumento.

§ 1º Com exceção do cargo de Secretário Executivo, técnico de nível superior de livre provimento em comissão, os demais empregos do Consórcio serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 2º A remuneração dos empregos públicos é a definida no Anexo 1 deste instrumento, até o limite fixado no orçamento anual do Consórcio, sendo que poderá se conceder revisão anual.

CLÁUSULA 33ª (*Do concurso público*). Os editais de concurso público deverão ser:

I - subscritos pelo Presidente;

II – atender os critérios previstos nos estatutos.

PARÁGRAFO ÚNICO. Sob pena de nulidade, os editais de concurso público deverão ter sua íntegra divulgada por meio do sítio que o Consórcio mantiver na internet, bem como ter sua divulgação por meio de extrato publicado na imprensa oficial do Estado da Bahia.

Seção III

Da s contratações temporárias

20

20


Uéssia Mendes Oliveira
Oficial Desig. Reg. Tit. Documentos
Irecê - Bahia

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

CLÁUSULA 34^a (*Hipótese de contratação por tempo determinado*). somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na hipótese de preenchimento de emprego público vago, até o seu provimento efetivo por meio de concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público vago e perceberão a remuneração para ele prevista.

CLÁUSULA 35^a (*Da condição de validade e do prazo máximo de contratação*). As contratações temporárias serão automaticamente extintas após 180 (cento e oitenta) dias caso não haja o início de inscrições de concurso público para preenchimento efetivo do emprego público.

§ 1º As contratações temporárias terão prazo de até 1 (um) ano.

§ 2º O prazo de contratação poderá ser prorrogado até atingir o prazo máximo de 2 (dois) anos, contados a partir da contratação inicial.

§ 3º Não se admitirá prorrogação quando houver resultado definitivo de concurso público destinado a prover o emprego público.

CAPÍTULO II DOS CONTRATOS

Seção I

Do procedimento de contratação

CLÁUSULA 36^a (*Das aquisições de bens e serviços comuns*). Para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatório o uso da modalidade pregão, nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, e do regulamento previsto no Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, sendo utilizada preferencialmente a sua forma eletrônica.

PARÁGRAFO ÚNICO. A inviabilidade da utilização do pregão na forma eletrônica deverá ser devidamente justificada pelo Secretário Executivo mediante decisão publicada.

CLÁUSULA 37^a (*Das contratações diretas por ínfimo valor e das licitações*). Os estatutos disciplinarão as contratações diretas fundamentadas no disposto nos incisos I e II do **caput**, e no parágrafo único, do art. 24, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como as licitações nas modalidades convite e tomada de

21




Uessia Mendes Oliveira
Órgão Delegado, Rep. Tit. Documental
Irecê - Bahia

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

preços, fixando-lhes procedimento e alçadas de responsabilidade no âmbito da organização administrativa do Consórcio.

Seção II

Dos contratos

CLÁUSULA 38^a (*Da publicidade*). Todos os contratos de valor superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) terão a sua íntegra publicada no sítio do Consórcio na internet por pelo menos dois anos.

CLÁUSULA 39^a (*Da execução do contrato*). Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo Consórcio.

PARÁGRAFO ÚNICO. Todos os pagamentos superiores a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) serão publicados no sítio do Consórcio na internet por pelo menos dois anos e, no caso de obras, da publicação constará o laudo de medição e o nome do responsável por sua conferência.

CAPÍTULO III DA DELEGAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

CLÁUSULA 40^a (*Dos contratos de delegação da prestação de serviços públicos*). Ao Consórcio somente é permitido comparecer a:

I - contrato de programa para:

a) na condição de contratado, prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, tendo como contratante ente da Federação consorciado;

b) na condição de contratante, delegar a prestação de serviços públicos pertinentes, ou de atividades deles integrantes, a órgão ou entidade de ente consorciado;

II – contrato de concessão, após prévia licitação, para delegar a prestação de serviços públicos a ele entregue sob regime de gestão associada, ou de atividade deles integrante.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

PARÁGRAFO ÚNICO. Os estatutos disporão sobre os contratos mencionados no **caput**, podendo prever outros requisitos e condições a serem observados em sua contratação e execução.

TÍTULO IV

DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 41^a (*Do regime da atividade financeira*). A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no sítio que o Consórcio mantiver na internet.

CLÁUSULA 42^a (*Da Publicidade*). Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no sítio que o Consórcio mantiver na internet.

CLÁUSULA 43^a (*Da responsabilidade subsidiária*). Os entes consorciados respondem somente de forma subsidiária pelas obrigações do Consórcio.

CAPÍTULO II

DAS RELAÇÕES FINANCEIRAS COM OS CONSORCIADOS

CLÁUSULA 44^a (*Das relações financeiras entre consorciados e o Consórcio*). A administração direta ou indireta de ente da Federação consorciado somente entregará recursos ao Consórcio quando houver:

I – contratado o Consórcio para a prestação de serviços, execução de obras ou fornecimento de bens, respeitados os valores de mercado;

II – contrato de rateio.

CAPÍTULO III

DA CONTABILIDADE PATRIMONIAL DOS BENS VINCULADOS

A SERVIÇOS PÚBLICOS EM REGIME DE GESTÃO ASSOCIADA

CLÁUSULA 45^a (*Da segregação contábil*). No que se refere aos serviços prestados em regime de gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

CLÁUSULA 46^a (Da Publicidade) Anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

I – o investido e arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

II – a situação patrimonial, especialmente a parcela de valor dos bens vinculados aos serviços que tenha sido amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

CAPÍTULO IV DOS CONVÊNIOS

CLÁUSULA 47^a (Dos convênios para receber recursos). Com o objetivo de receber recursos, o Consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, exceto com entes consorciados ou com entidades a eles vinculadas.

CLÁUSULA 48^a (Da interveniência). Fica o Consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos.

CAPÍTULO V DO CONTROLE EXTERNO

CLÁUSULA 49^a (Da fiscalização). O Consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do Consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da federação consorciados vierem a celebrar com o Consórcio.

TÍTULO V DA SAÍDA DO CONSORCIADO CAPÍTULO I DO RECESSO

CLÁUSULA 50^a (Do recesso). A retirada de membro do Consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembléia Geral.

§ 1º O recesso não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

§ 2º Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de previsão contratual ou de decisão da Assembléia Geral.

CAPÍTULO II DA EXCLUSÃO

CLÁUSULA 51^a (*Das hipóteses de exclusão*). São hipóteses de exclusão de consorciado:

I – a não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio;

II – o não cumprimento por parte de ente da Federação consorciado de condição necessária para que o Consórcio receba recursos onerosos ou transferência voluntária;

III – a subscrição de Protocolo de Intenções para constituição de outro Consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembléia Geral, assemelhadas ou incompatíveis;

IV – a existência de motivos graves, reconhecidos em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembléia Geral.

§ 1º A exclusão prevista nos incisos I e II do **caput** somente ocorrerá após prévia suspensão, o período em que o consorciado poderá se reabilitar e não será considerado ente consorciado.

§ 2º Os estatutos poderão prever prazo de suspensão e outras hipóteses de exclusão.

CLÁUSULA 52^a (*Do procedimento*). Os estatutos estabelecerão o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§ 1º A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembléia Geral, exigido o mínimo de 2/3 (dois terços) dos votos.

§ 2º Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto pela Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

§ 3º Da decisão do órgão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembléia Geral, o qual não terá efeito suspensivo.

CAPÍTULO III

25

25



Jessica Mendes Oliveira
Assist. Desig. Reg. Tit. Documentos
Tribô - Bahia

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

DA EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

CLÁUSULA 53^a (*Da extinção*). A extinção do contrato de Consórcio dependerá de instrumento aprovado pela Assembléia Geral, ratificado mediante lei por todos os consorciados.

§ 1º Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços.

§ 2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os consorciados responderão, solidariamente, pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º Com a extinção, o pessoal cedido ao Consórcio retornará aos seus órgãos de origem e os empregados públicos do Consórcio terão seus contratos de trabalho automaticamente rescindidos.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 54^a (*Do regime jurídico*). O Consórcio será regido pelo disposto na Lei Federal nº. 11.107, de 6 de abril de 2005; Decreto Federal nº. 6.017, de 17 de janeiro de 2007; e, no que tais diplomas foram omissos, pela legislação que rege as associações civis.

CLÁUSULA 55^a (*Da interpretação*). A interpretação do disposto neste Contrato deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo, bem como, aos seguintes princípios:

I – respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do Consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo sendo vedado que lhe sejam oferecidos incentivos para o ingresso;

II – solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio;

26

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

III – eletividade de todos os órgãos dirigentes do Consórcio;

IV – transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do Consórcio;

V – eficiência, o que exigirá que todas as decisões do Consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

CLÁUSULA 56^a (*Da exigibilidade*). Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste contrato.

CLÁUSULA 57^a (*Da correção monetária dos valores previstos neste instrumento*). Mediante aplicação de índices oficiais, poderão ser corrigidos monetariamente os valores previstos neste instrumento, na forma que dispuser os estatutos.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Seção IV

Da elaboração dos Estatutos

CLÁUSULA 58^a (*Da Assembléia Estatuinte*). Atendido o disposto no **caput** da Cláusula 2^a, por meio de edital subscrito por, pelo menos, 2 (dois) Municípios consorciados, será convocada a Assembléia Geral para a elaboração dos Estatutos do Consórcio.

§ 1º A Assembléia Geral, por maioria simples, elegerá o Presidente e o Secretário da Assembléia e, ato contínuo, aprovará resolução que estabeleça:

I – o texto do projeto de estatutos que norteará os trabalhos;

II – o prazo para apresentação de emendas e de destaques para votação em separado;

III – o número de votos necessários para aprovação de emendas ao projeto de estatutos.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

§ 2º Sempre que recomendar o adiantado da hora, os trabalhos serão suspensos para recomeçarem em dia, horário e local anunciados antes do término da sessão.

§ 3º Da nova sessão poderão comparecer os entes que tenham faltado à sessão anterior, bem como os que, no interregno entre uma e outra sessão, tenham também ratificado o Protocolo de Intenções.

§ 4º Os estatutos preverão as formalidades e quorum para a alteração de seus dispositivos.

§ 5º Os Estatutos do Consórcio entrarão em vigor após publicação no Diário Oficial do Estado da Bahia.

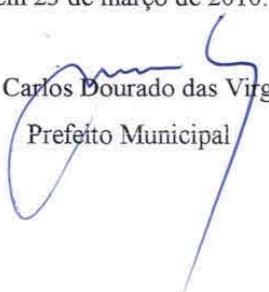
CLÁUSULA 59ª - O primeiro Presidente terá mandato até o dia 31 de dezembro de 2010.

CAPÍTULO III DO FORO

CLÁUSULA 60ª (*Do foro*). Para dirimir eventuais controvérsias deste instrumento, fica eleito o foro da Comarca de Irecê ou, no caso de o Estado da Bahia ser consorciado, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, nos termos do art. 123, I, "j", da Constituição do Estado da Bahia.

Em 23 de março de 2010.

José Carlos Dourado das Virgens
Prefeito Municipal



ANEXO 1 – DOS EMPREGOS PÚBLICOS

28

Uéssia Mendes Oliveira
Oficial Design. Reg. Tit. Documentos
Irecê - Bahia

28

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

Nº de vagas	Cargos	Jornada de trabalho *	Requisito mínimo de provimento**	Salário Máximo
8	Técnico de Nível Superior	40	Nível superior	R\$ 4.000,00
8	Técnico de Nível Médio	40	Nível médio	R\$ 2.500,00
15	Técnico Operacional I	44	Nível fundamental completo	R\$ 2.000,00
20	Técnico Operacional II	44	Nível fundamental incompleto	R\$ 800,00
1	Secretário Executivo	40	Nível superior	R\$ 6.000,00

* os estatutos ou regulamento de pessoal poderão definir jornadas diferenciadas, inclusive em turnos, guardada a proporcionalidade entre a jornada e a remuneração máxima.

** outros podem ser definidos nos estatutos, no regulamento de pessoal ou no edital de concurso público.

**CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
COMARCA DEIRECÉ-BA**

ANOTAÇÃO

Prot. Nº 353 Liv. A. 13 Fls. 14
Registro Nº. 3124 Liv. A. 44 Fls. 137
Irecê-BA, 06 de 05 de 2010
Uéssia

Uéssia M. Oliveira
Oficial Designado

29

29

Uéssia Mendes Oliveira
Oficial Desig. Reg. Tit. Documentos
Irecê - Bahia

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

ANEXO 2 – LEGISLAÇÃO UNIFORME DE PLANEJAMENTO, REGULAÇÃO, E FIscalização e PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO

CAPITULO I DAS DEFINIÇÕES

Art. 1º. Para os efeitos deste anexo, consideram-se:

I – planejamento: as atividades atinentes à identificação, qualificação, quantificação, organização e orientação de todas as ações, públicas e privadas, por meio das quais um serviço público deve ser prestado ou colocada à disposição de forma adequada;

II – regulação: todo e qualquer ato, normativo ou não, que discipline ou organize um determinado serviço público, incluindo suas características, padrões de qualidade, impacto sócioambiental, direitos e obrigações dos usuários e dos responsáveis por oferta ou prestação e fixação e revisão do valor de tarifas e outros preços públicos;

III – fiscalização: atividades de acompanhamento, monitoramento, controle ou avaliação, no sentido de garantir a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público;

IV – saneamento básico: o conjunto de serviços públicos e ações com o objetivo de alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, nas condições que maximizem a promoção e a melhoria das condições de vida nos meios urbano e rural, compreendendo o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário e limpeza urbana e demais atividades do manejo de resíduos sólidos e a drenagem e as demais atividades de manejo das águas pluviais urbanas;

V – plano de saneamento básico: plano editado pelos entes consorciados, que poderá ser específico para cada natureza de serviço público de saneamento básico, o qual abrangerá, no mínimo:

- a) Diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando causas das deficiências detectadas;
- b) Objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;
- c) Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;
- d) Ações para emergências e contingências;
- e) Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

VI – serviços públicos de saneamento básico: o conjunto dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos de limpeza pública, de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de manejo de águas pluviais

VII – serviços públicos de abastecimento de água: a distribuição domiciliar, bem como, quando utilizadas total ou parcialmente a esta finalidade, as atividades de captação, a adução de água bruta, tratamento, a adução de água tratada, a reservação;

Uéssia Mendes Oliveira
Oficial Desig. Reg. Tit. Documentos
Irecê - Bahia

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

VIII – serviços públicos de esgotamento sanitário: a coleta, inclusive ligação predial, o transporte e o tratamento e a disposição final de esgotos sanitários, inclusive dos lodos originários da operação de fossas sépticas e de unidades de tratamento coletivas ou individuais, inclusive fossas sépticas;

IX – serviços públicos de limpeza pública urbana:

a) os serviços de varrição capina, roçada, poda e atividades correlatas em vias e logradouros públicos;

b) outros serviços constituídos por atividades pertinentes à limpeza pública urbana, dentre eles:

(i) o asseio de túneis, escadarias, monumentos, abrigos e sanitários públicos;

(ii) a raspagem e a remoção de terra, areia e quaisquer materiais depositados pelas águas pluviais em logradouros públicos;

(iii) a desobstrução e limpeza de bueiros, bocas de lobo e correlatos;

(iv) a limpeza de logradouros públicos onde se realizem feiras públicas e outros eventos de acesso aberto ao público.

X – serviços públicos de manejo de resíduos sólidos: qualquer das atividades de coleta e transbordo, triagem para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento, inclusive por compostagem, e disposição final dos:

I – resíduos domésticos;

II – resíduos originários de atividades com características de quantidade e qualidade similares aos resíduos domésticos e que, por norma de regulação, sejam considerados resíduos sólidos urbanos;

III – resíduos originários dos serviços públicos de limpeza pública urbana.

XI – serviços públicos de drenagem e manejo de águas pluviais: a coleta, o transporte, a detenção e retenção para amortecimento de vazões de cheias, o tratamento e o lançamento das águas pluviais;

XII – titular: o Município consorciado;

XIII – taxa: espécie de tributo instituído pelo poder público que têm como fato gerador o exercício regular ou irregular, por parte de pessoa física ou jurídica, de poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado por contribuinte ou posto à sua disposição;

XIV – gestão associada: associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição; e

XV – prestação regionalizada: aquela em que um único prestador atende a dois ou mais municípios, com uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços, inclusive de sua remuneração e com compatibilidade de planejamento.

CAPÍTULO II DOS SERVIÇOS E DE SEU PLANEJAMENTO, PRESTAÇÃO, REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Seção I

Das diretrizes de planejamento

Uélssia Mendes Oliveira
Oficial Design. Reg. Tit. Documentos
Irecê - Bahia

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

Art. 2º. (Do direito aos serviços planejados). É direito do cidadão receber dos Municípios consorciados ou do Consórcio, serviços públicos de saneamento básico que tenham sido adequadamente planejados.

§ 1º É direito do usuário, cabendo lhe o ônus da prova, não ser onerado por investimento que não tenha sido previamente planejado, salvo quando:

I – decorrente de fato imprevisível justificado nos termos da regulação;

II – não ter decorrido prazo para a elaboração de plano de saneamento básico, previsto na legislação federal e no regulamento adotado pelo Consórcio.

§ 2º O plano de saneamento básico deve ser elaborado e revisado com a participação da comunidade, sendo obrigatória a realização de audiências públicas, inclusive no caso de planos específicos.

Art. 3º. (Do dever de elaborar plano de saneamento básico). É dever dos Municípios consorciados, intermédio do Consórcio, elaborar plano de saneamento básico na área da gestão associada, podendo ser específico para cada serviço.

§ 1º O plano de saneamento básico será elaborado com abrangência mínima de 20 (vinte) anos, devendo ser revisado a cada 4 (quatro) anos e abrangerá toda a área da gestão associada.

§ 2º A segunda revisão de plano específico ensejará a compatibilização e a consolidação do plano de saneamento básico.

§ 3º O plano de saneamento básico deverá ser compatível com:

I os planos nacional e regional de ordenação do território;

II – o Plano Nacional de Saneamento Básico, elaborado pela União, e os planos regionais de saneamento básico elaborados pela União nos termos do inciso II do art. 52 da Lei 11.445, de 2007;

III – planos de gerenciamento de recursos hídricos;

IV – os planos diretores de desenvolvimento urbano;

V a legislação ambiental, e

VI – o disposto em lei complementar que institua região metropolitana, aglomeração urbana, microrregião ou região integrada de desenvolvimento que defina um ou mais dos serviços públicos de saneamento básico ou atividade integrante de um dos serviços, como função pública de interesse comum.

§ 4º As metas de universalização serão fixadas pelo plano de saneamento básico, as quais possuem caráter indicativo para os planos plurianuais, os orçamentos anuais e a realização de operações de crédito pelo Consórcio ou por Município consorciado.

§ 5º Nos termos do regulamento aprovado pela Conselho Consultivo e homologado pela Assembleia Geral, é vedado o investimento em serviços públicos de saneamento básico sem previsão em plano de saneamento.

§ 6º Além de dispor sobre o manejo dos resíduos sólidos domésticos ou similares e dos originários de varrição e limpeza de logradouros e vias públicas, os planos de saneamento básico devem conter prescrições para o manejo dos demais tipos de resíduos sólidos urbanos relevantes gerados no território abrangido pelo plano, em especial dos originários de construção e demolição, dos serviços de saúde.

Art. 4º. (Da natureza jurídica das disposições de plano de saneamento básico). As disposições dos planos de saneamento básico são vinculantes para:


Jéssica Mendes Oliveira
Órgão: Desig. Reg. Tr. Documentos
Maceió - Alagoas

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO:

I – a regulação, a fiscalização, a prestação direta ou delegada, e a avaliação dos serviços públicos de saneamento básico em relação ao Consórcio ou ao Município que o elaborou; e
 II – as ações públicas e privadas que, disciplinadas ou vinculadas às demais políticas públicas implementadas pelo Consórcio ou pelo Município que elaborou o plano, venham a interferir nas condições ambientais e de saúde.

Seção II Da prestação dos serviços

Art. 5º. Os serviços públicos de saneamento básico possuem natureza essencial e serão prestados com base nos seguintes princípios:

- I universalização do acesso;
- II integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade das necessidades e maximizando a eficácia das suas ações e resultados;
- III abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos e manejo de águas pluviais realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;
- IV disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços públicos de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;
- V adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais, que causem risco à saúde pública e promovam o uso racional da energia, conservação e racionalização do uso da água e dos demais recursos naturais;
- VI articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de recursos hídricos, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico é fator determinante;
- VII eficiência e sustentabilidade econômica;
- VIII utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a aderência de soluções graduais e progressivas;
- IX transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisões institucionalizados;
- X controle social;
- XI segurança, qualidade e regularidade;
- XII – gestão das infraestruturas e serviços compatíveis com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Art. 6º. A prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverá obedecer ao princípio da continuidade, podendo ser interrompida pelo prestador apenas nas hipóteses de:



Uessia Mendes Oliveira
Órgão Detin. Reg. fl. Documentos
Irecê - Bahia

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

I – situação de emergência ou de calamidade pública, especialmente a que coloque em risco a saúde e trabalhador de serviço de saneamento básico ou a segurança de pessoas e bens;

II – manipulação indevida, por parte do usuário, da ligação predial, inclusive medidor, ou qualquer outro componente da rede pública;

III – necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias nos sistemas por meio de interrupções programadas; e

§ 1º Para os fins do inciso II do caput é considerado como usuário o proprietário, o possuidor direto ou indireto do imóvel ou, ainda, o seu ocupante permanente ou eventual.

§ 2º O regulamento disporá sobre prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas por interrupção ou restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda, beneficiário de tarifa social.

Art. 7º. Os serviços de abastecimento de água, além das hipóteses previstas no artigo 6º deste anexo, poderão ser interrompidos pelo prestador, após aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e prévia, nos casos de:

- a) negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida;
- b) inadimplemento injustificado do usuário do pagamento das tarifas.

§ 1º As interrupções programadas a que se refere o inciso III do caput dependerão de prévio comunicado regulador e aos usuários, com a antecedência mínima de 48 horas ou outro prazo que vier a ser definido norma de regulação dos serviços.

§ 2º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social poderá ocorrer nos termos de norma de regulação ou editada pela autoridade de saúde pública a qual deve estabelecer as condições de fornecimento de água e preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.

Seção III

Das diretrizes para a regulação e a fiscalização dos serviços

Art. 8º. (Do dever de regular e fiscalizar). O Consórcio exercerá a regulação e fiscalização permanente sobre a prestação de serviço público de saneamento básico, inclusive quando prestados, direta ou indiretamente, por consorciado ou por entidade por ele escolhida.

§ 1º Facultase ao Consórcio receber apoio técnico para o exercício das suas atividades de regulação e fiscalização por meio de convênio de cooperação com entidade pública.

§ 2º As informações produzidas por terceiros contratados poderão ser utilizadas pela regulação e fiscalização dos serviços.

§ 3º É garantido ao Consórcio o acesso a todas as instalações e documentos referentes à prestação de serviços. A não obediência à requisição de informações e documentos emitida pelo Consórcio implicará sanção administrativa ao infrator que, sendo de multa, não poderá ser superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta reais).



Uessia Mendes Oliveira
Oficial Design. Rep. Técn. Documentos
Irecê - Bahia

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

§ 4º Incluem-se na regulação dos serviços as atividades de interpretar e fixar critérios para a execução dos instrumentos de delegação dos serviços, bem como para a correta administração de subsídios.

Art. 9º. (Dos regulamentos). Atendidas as diretrizes fixadas no protocolo de intenções, a Assembleia Geral do Consórcio homologará os regulamentos aprovados pelo Conselho Consultivo, que deverá compreender pelo menos:

- I – padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;
- II – prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários das providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços;
- III – requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;
- IV – as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;
- V – regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;
- VI – medição, faturamento e cobrança de serviços;
- VII – monitoramento dos custos;
- VIII – avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;
- IX – plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;
- X – subsídios tarifários e não tarifários;
- XI – padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;
- XII – medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento.

Parágrafo Único. O regulamento disporá ainda sobre:

- a) as soluções individuais a serem adotadas quando da ausência de redes públicas de abastecimento de água de esgotamento sanitário, observadas as disposições do plano de saneamento básico e as exigências dos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos;
- b) as condições em que os efluentes industriais cujas características físicas, químicas e biológicas sejam semelhantes às do esgoto doméstico podem ser considerados esgotos sanitários;
- c) as condições em que possam ser considerados esgotos sanitários os efluentes industriais que tenham características físicas, químicas e biológicas semelhantes às do esgoto doméstico;
- d) os resíduos sólidos originários de atividades comerciais, industriais e de serviços que podem ser considerados assemelhados aos resíduos sólidos domiciliares;
- e) os resíduos líquidos ou sólidos cuja responsabilidade pelo manejo é atribuída ao gerador em razão de não legal ou administrativa e os encargos do gerador;
- f) as hipóteses de interrupção da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;
- i) a exigência e os prazos mínimos necessários à comunicação prévia aos usuários e ao Consórcio sobre interrupções programadas da prestação dos serviços.

Art. 10. (Da publicidade) Deverá ser assegurada publicidade aos relatórios, estudos, decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou à fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer do povo, independentemente da existência de interesse direto.

§ 1º. Excluem-se do disposto no caput os documentos considerados sigilosos em razão de interesse público relevante mediante prévia e motivada decisão.


Uéssica Mendes Oliveira
Órgão Desig. Reg. TR. Documentos
Irecê - Bahia

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

Seção IV Da sustentabilidade econômicofinanceira dos serviços

Art. 11. (Da sustentabilidade econômicofinanceira). Os serviços públicos de saneamento básico e sua sustentabilidade econômicofinanceira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração que permita a recuperação dos custos dos serviços prestados em regime de eficiência.

§ 1º Taxas ou tarifas poderão ser lançadas pela utilização potencial dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, as quais deverão ser fixadas, preferencialmente, com base na massa o volume médio coletado por habitante ou por economia.

§ 2º Tributos, inclusive taxas, poderão ser instituídos para a remuneração dos serviços de manejo de águas pluviais postos à disposição dos usuários, os quais serão fixados com base no acréscimo do escoamento superficial das águas pluviais induzido pelo uso do solo urbano, ou por contribuição de melhoria decorrente da obra vinculada à prestação dos serviços.

§ 3º A cobrança pela prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário deve ser realizada por meio de tarifas fixadas, preferencialmente, com base no volume consumido de água.

Art. 12 (Das diretrizes para tarifas, preços públicos e taxas). A instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observará as seguintes diretrizes:

I prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;

II ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

III geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do planejamento;

IV inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos, com adoção de progressividade na fixação e lançamento de taxas, tarifas e outros preços públicos;

V recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

VI remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços contratados;

VII estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços e com a capacidade de pagamento dos usuários;

VIII incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

§ 1º O regulamento estabelecerá as orientações relativas aos subsídios tarifários e não tarifários para usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

Uélisia Mendes Oliveira
Órgão Órgão Reg. Tit. Documentos
Irecê - Bahia

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

§ 2º Os subsídios necessários ao atendimento de usuários e localidades de baixa renda serão em função das características dos beneficiários e da origem dos recursos:

I diretos, quando destinados a usuários determinados, ou indiretos, quando destinados ao prestador de serviços;

II tarifários, quando integrarem a estrutura tarifária, ou fiscais, quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários, inclusive por meio de subvenções;

III internos a cada titular ou entre localidades, nas hipóteses de gestão associada e de prestação regional.

§ 3º O regulamento estabelecerá os casos nos quais, comprovada inviabilidade temporária medição da geração dos usuários, ficará autorizada fixar a tarifa de abastecimento de água ou de coleta, tratamento e destinação adequada de resíduos sólidos a volumes estimados e a fixar a tarifa de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário com base em volumes ou massas estimados.

§ 4º Somente terá direito a revisão tarifária o prestador de serviços de saneamento básico que estiver dia com o pagamento da Taxa de Regulação e Fiscalização – TRF.

Seção V Da avaliação anual

Art. 13. (Da obrigatoriedade da avaliação anual). Os serviços públicos de saneamento básico se objeto de avaliação de qualidade anual, sem prejuízo de outras que previstas no protocolo de intenções, regulamento e nos contratos de prestação dos serviços.

Seção VI Dos direitos do usuário

Art. 14. (Dos direitos do usuário). Sem prejuízo de outros direitos previstos na legislação federal, n instrumento, na legislação dos Municípios consorciados e no regulamento, asseguram-se aos usuários:

I – acesso ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário, elaborado pelo prestador aprovado pelo Conselho Consultivo;

II – ter amplo acesso, inclusive por meio da rede mundial de computadores – internet, às informações sobre prestação do serviço na forma e com a periodicidade definidas pela regulação dos serviços, especialmente relativas à qualidade, receitas, custos, ocorrências operacionais relevantes e investimentos realizados;

III – ter prévio conhecimento das penalidades a que estão sujeitos os cidadãos, os demais usuários e prestadores dos serviços;

IV – ter acesso aos relatórios anuais de qualidade dos serviços e dos pareceres emitidos pelos órgãos responsáveis.

Art. 15. (Do direito de reclamar). É direito do cidadão e dos demais usuários, fiscalizar a execução dos serviços públicos de saneamento básico e apresentar reclamações de qualquer natureza.



Uescia Mendes Oliveira
Órgão Gestor, Reg. Tr. Documentos
Irecê - Bahia

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

§ 1º As reclamações e queixas realizadas deverão ser recebidas, apuradas e solucionadas no termos da regulação, devendo-se ainda comunicar os cidadãos e usuários das providências adotadas.

§ 2º A Conselho Consultivo deverá receber e se manifestar conclusivamente nas reclamações que, juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelo prestador, inclusive quando este for o próprio Consórcio.

Art. 16. (Da motivação e da publicidade da atividade regulatória e de fiscalização). É direito dos cidadãos usuários a adequada motivação de todas as decisões que interfiram em direitos ou deveres referentes aos serviços ou à sua prestação, bem como, quando solicitado pelo usuário, a prestar esclarecimentos complementares em prazo a ser estipulado no regulamento.

§ 1º Aos relatórios, estudos, decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou à fiscalização dos serviços deverá ser assegurada publicidade, deles podendo ter acesso qualquer do povo independentemente de demonstração de interesse, salvo os por prazo certo declarado como sigilosos por decisão fundamentada em interesse público relevante.

§ 2º A publicidade a que se refere o § 1º deste artigo preferencialmente deverá se efetivar por meio de sítio mantido na internet.

§ 3º Nos casos de Municípios em que o acesso público à internet seja limitado ou dificultado por qualquer razão, cópia impressa dos documentos referidos no §1º desta cláusula deverá ficar disponível para consulta por qualquer do povo na sede das Prefeituras Municipais integrantes do Consórcio.

Séção VII

Dos procedimentos administrativos para elaboração e revisão de planos e de regulamentos

Art. 17. (Do procedimento). A elaboração e a revisão de plano de saneamento básico e de regulamento obedecerão aos seguintes procedimentos:

- I divulgação e debate, por meio de audiência pública, da proposta dos planos de saneamento básico ou de regulamento e dos estudos que o fundamentam;
- II apreciação e aprovação da proposta pelo Conselho Consultivo;
- III homologação pela Assembléia Geral.

§ 1º A divulgação da proposta do plano ou do regulamento, e dos estudos que a fundamentam, dar-se-á por meio da disponibilização integral de seu teor aos interessados e por audiência pública em cada Município consorciado. A disponibilização integral poderá ser realizada por meio da internet, por pelo menos 4 (quatro) anos. Nos casos de Municípios em que o acesso à internet seja limitado ou dificultado por problemas técnicos e de disponibilidade de locais de acesso público, cópia impressa deverá ficar disponível para consulta na sede das Prefeituras Municipais e em outros órgãos, pelo menos 30 (trinta) dias antes da audiência pública no respectivo Município.

§ 2º Após a realização das audiências públicas, fica estabelecido o prazo mínimo de 30 (trinta) dias para o recebimento de críticas e sugestões, garantido a qualquer do povo o acesso às respostas.

§ 3º Alterada a proposta do plano ou do regulamento em razão das críticas e sugestões recebidas, deverá a sua nova versão ser divulgada pelo menos 30 (trintas) dias antes de sua avaliação e debate.


Uéssia Mendes Oliveira
Oficial Desig. Reg. Tit. Documentos
Irecê - Bahia

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

Conselho Consultivo a ser concluído no prazo máximo de 120 (cento e vinte dias), a contar da publicação da alteração.

§ 4º É condição de validade para os dispositivos do plano ou do regulamento a sua explícita fundamentação, estudo submetido à divulgação e debate, bem como a adequada fundamentação das respostas às críticas e sugestões.

§ 5º Os estatutos preverão normas complementares para o procedimento administrativo do Consórcio que tenha por objeto a elaboração ou revisão de plano ou de regulamento, bem como a atividade de fiscalização e exercício do poder disciplinar, hierárquico e de polícia.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18. Este anexo entra em vigor na vigência da Lei Municipal que ratificar o Protocolo de Intendência, e, para todos os efeitos de direito, deverá ser sempre considerado integrante da Lei Municipal.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário constantes de lei e atos administrativos municipais.

Uéssea Mendes Oliveira
Oficial Desig. Reg. TIL Documentos
Irecê - Bahia

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

ANEXO 3 – DA LEGISLAÇÃO UNIFORME QUE INSTITUI AS TAXAS MUNICIPAIS DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

CAPÍTULO I

Seção I

Do Fato Gerador e da Base de Cálculo

Art. 1º. Fica instituída a Taxa de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos – TRSU, que tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial dos serviços divisíveis de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos de fruição obrigatória prestados ou colocados à disposição pelo Município por meio do Consórcio Público ou por entidade por este contratada.

§ 1º Para fins deste Anexo são considerados resíduos sólidos urbanos:

I – resíduos domésticos;

II – resíduos originários de atividades com características de quantidade e qualidade similares aos resíduos domésticos e que, por norma de regulação, sejam considerados resíduos sólidos urbanos.

III – resíduos originários dos serviços públicos de limpeza pública urbana.

§ 2º A utilização efetiva ou potencial dos serviços de que trata este artigo ocorre no momento de sua colocação à disposição dos usuários, para fruição.

§ 3º Considera-se ocorrido o fato gerador a 1.º de janeiro de cada exercício.

§ 4º O Consórcio Público adotará regulamento para disciplinar as formas de acondicionamento e apresentação dos resíduos sólidos urbanos, inclusive para fins de coleta seletiva e diferenciada, que favoreça sua reciclagem e reaproveitamento.

Art. 2º. A base de cálculo da TRSU é o custo dos serviços de coleta, remoção, tratamento e destinação final dos resíduos domiciliares, disponibilizados aos contribuintes, inclusive ao proprietário, titular de domínio útil ou possuidor, a qualquer título, de terreno urbano vazio.

§ 1º O custo dos serviços de limpeza de logradouros públicos, varrição, capina e limpeza e desobstrução de bueiros, bocas de lobo, valas e valetas, galerias de águas pluviais e córregos e de outras atividades assemelhadas da limpeza urbana não integra a base de cálculo da TRSU.

§ 2º A TRSU terá seu valor estabelecido por meio da distribuição do custo dos serviços entre os sujeitos passivos em função do volume de resíduos que poderão ser anualmente coletados por meio dos serviços colocados à sua disposição.

§ 3º Os volumes máximos, expressos em litros, de resíduos por dia de coleta, para cada categoria de contribuintes, serão determinados no regulamento

[Assinatura]
Uéssia Mendes Oliveira
Oficial Detág. Reg. Tit. Documentos
Irecê - Bahia

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

dos serviços.

§ 4º Fica o Poder Público autorizado a praticar nos termos da Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, art. 29 a 31, subsídio cruzado de modo a reduzir em até 50% o valor da TRSU para os domicílios do tipo popular ocupados por famílias de baixa renda.

§ 5º O custo dos serviços de coleta, remoção, tratamento e destinação final dos resíduos domiciliares a serem disponibilizados aos contribuintes será atualizado anualmente com base nos custos dos exercícios anteriores e nas demais informações pertinentes à prestação destes serviços.

§ 6º Os valores referentes à TRSU, bem como a multas e outros acréscimos legais, estabelecidos em quantias fixas, deverão ser atualizados anualmente com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial IPCAE apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acumulado no exercício anterior.

§ 7º Os serviços de coleta, remoção, tratamento e destinação final dos resíduos domiciliares gerados que excederem a 150 litros por dia no caso de estabelecimentos industriais e 100 litros por dia por estabelecimentos não industriais são de responsabilidade do gerador, devendo ser executados com base nas disposições regulamentares pertinentes, podendo ser prestados facultativamente pelo Poder Público ou por entidade legalmente incumbida, com base em contrato especial, e remunerado por volume ou massa e mediante a instituição de preço público.

Seção II Do Sujeito Passivo

Art. 3º. O sujeito passivo da TRSU é o proprietário, o titular de domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, dos seguintes bens abrangidos pelos serviços a que se refere a taxa:

- I unidade imobiliária edificada ou não, lindeira à via ou logradouro público;
 - II box de mercado, barraca, quiosque, banca de chapa ou assemelhado que explore atividade informal de serviço ou comércio.
- § 1º Considera-se também lindeira a unidade imobiliária que tem acesso, através de rua ou passagem particular, entradas de vilas ou assemelhados, a via ou logradouro público.
- § 2º Será aproveitada para o lançamento da TRSU a inscrição efetuada para lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano.

Seção III Da Não Incidência da TRSU e da Isenção


Uéssia Mendes Oliveira
Oficial Desig. Reg. Tit. Documentos
Irecê - Bahia

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

Art. 4º. Ficam excluídas da incidência da TRSU as unidades imobiliárias destinadas ao funcionamento de:

I – órgãos públicos integrantes da administração municipal ou estadual inclusive autarquias e fundações;

II – hospitais, escolas, creches e orfanatos administrados diretamente pelo Município ou pelo Estado ou por instituição que integre suas administrações;

III – hospitais, escolas, creches e orfanatos mantidos por entidades de assistência social, sem fins lucrativos.

Parágrafo único. A isenção da incidência da TRSU de que trata o caput não exime as entidades discriminadas nos incisos I a III de qualquer das responsabilidades que lhes cabem com relação aos resíduos que sejam nelas gerados, definidas na legislação federal, estadual e municipal pertinente a essa matéria, inclusive no que diz respeito ao manejo diferenciado de resíduos especiais, ao adequado acondicionamento, transporte interno e externo e tratamento de resíduos efetiva ou potencialmente tóxicos, contaminantes e/ou perfurocortantes, bem como à adesão efetiva aos programas de coleta seletiva de materiais recicláveis implementados pelos Municípios ou pelo consórcio.

Art. 5º. Fica isento da incidência da TRSU o imóvel residencial situado em Zona Especial de Interesse Social ZEIS, cuja área construída não ultrapasse a 30 m² (trinta metros quadrados).

Seção IV Do Lançamento e do Pagamento

Art. 6º. O lançamento da TRSU será procedido, em nome do contribuinte, na forma e nos prazos fixados no regulamento adotado pelo Consórcio Público, anualmente, de forma isolada ou parcelada em conjunto com o Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana – IPTU, ou ainda parcelada mensalmente em conjunto com a fatura do serviço de abastecimento de água.

Art. 7º. A TRSU será paga, total ou parcialmente, na forma e nos prazos fixados no regulamento.

Art. 8º. O pagamento da TRSU e das penalidades ou acréscimos legais não exclui o pagamento de:

I preços públicos pela prestação de serviços de coleta, armazenamento, tratamento ou processamento e destinação final de outros resíduos sólidos não categorizados como domiciliares a exemplo de entulhos de obras, apara de jardins, bens móveis imprestáveis, animais mortos, veículos abandonados, bem como dos originários da capina compulsória de terrenos vagos de propriedade privada, e da limpeza de prédios e terrenos;

II penalidades decorrentes da infração à legislação municipal referente ao manejo dos resíduos sólidos e à limpeza urbana.

Mário Mamedes Oliveira
Oficial Deleg. Reg. fl. Documentos
Irecê - Bahia

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

Art. 9º. O contribuinte que pagar a TRSU de uma só vez, até a data do vencimento da primeira parcela, gozará de desconto de 10% (dez por cento).

Seção V Das Infrações e Penalidades

Art. 10. A falta de pagamento da TRSU implicará a cobrança dos acréscimos legais previstos neste Anexo.

Art. 11. São infrações as situações a seguir indicadas, passíveis de aplicação das seguintes penalidades:

I no valor de 60% (sessenta por cento) do tributo não recolhido, atualizado monetariamente, a falta de informações para fins de lançamento, quando apurada em ação fiscal;

II no valor de 100% (cento por cento) do tributo não recolhido, atualizado monetariamente, a falta de informações para fins de lançamento, em caso de reincidência da infração.

Parágrafo único. Será considerado reincidente o contribuinte que já tenha sido condenado em decisão administrativa, com trânsito em julgado.

Seção VI Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 12. Este anexo entra em vigor na vigência da Lei Municipal que ratificar o Protocolo de Intenções e, para todos os efeitos de direito, deverá ser sempre considerado integrante desta Lei Municipal.

Art. 13. A Taxa de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos de que trata este Anexo somente incidirá a partir do exercício de 2012.

Art. 14. O exercício financeiro, para os efeitos fiscais, corresponderá ao ano civil.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário constantes de lei e atos administrativos municipais.

Cássia Mendes Oliveira
Oficial Desig. Reg. Tit. Documentos
Irecê - Bahia

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

ANEXO 4 – DA TAXA DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO

CAPÍTULO I

Seção I

Do Fato Gerador e da Base de Cálculo

Art. 1º. Fica instituída a Taxa de Regulação e Fiscalização dos Serviços Públicos de Saneamento Básico – TR decorrente do exercício do poder de polícia, mediante regulação, e da fiscalização sobre a prestação de serviços públicos de saneamento básico e de atividades deles integrantes no território dos Municípios que integram o Consórcio Público.

Art. 2º. A base de cálculo da TRF será a arrecadação mensal dos operadores dos serviços públicos submetidos a regulação e fiscalização.

Parágrafo único. Considera-se a arrecadação mensal o valor líquido efetivamente recebido pelos prestadores em cada mês a título de remuneração recebida pela prestação dos serviços públicos.

Art. 3º. A alíquota da TRF será de 0,50% (cinquenta centésimos por cento).

Seção II

Do Sujeito Passivo

Art. 4º. O sujeito passivo da TRF é o prestador dos serviços públicos de saneamento básico e de atividades deles integrantes no território dos Municípios consorciados, desde que a prestação desses serviços esteja submetida à regulação e à fiscalização pelo Consórcio Público.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput deste artigo ao Consórcio Público contratado por Município, por intermédio de contrato de programa, como prestador de serviços públicos de saneamento básico e de atividades deles integrantes.

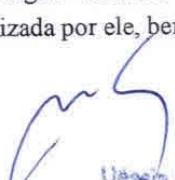
Art. 5º. A TRF deverá ser paga mensalmente pelo contribuinte no dia 25 do mês subsequente a cada mês de regulação e fiscalização.

Seção III

Da capacidade do Consórcio Público

Art. 6º. Fica atribuída ao Consórcio Público a capacidade tributária ativa para arrecadar e fiscalizar a TRF instituída por este Anexo, podendo, para esse fim, executar as leis e elaborar e fazer cumprir todos os atos normativos e regulamentares necessários ao fiel cumprimento dessa delegação.

Parágrafo único. O critério do Consórcio Público, o exercício de regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico pode ser realizado pelo órgão estadual ou municipal compete hipótese em que a arrecadação da TRF poderá ser realizada por ele, bem como, nos termos de plenário de trabalho, a aplicação das receitas obtidas



Vanessa Mendes Oliveira
Oficial Desig. Reg. Tit. Documentos
Irecê - Bahia

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do

REGISTRADO

Seção IV Das Disposições Finais

Art. 7º. Os regulamentos baixados para execução do disposto neste Anexo são de competência Consórcio Público e não poderão criar direitos e obrigações novas, limitando-se às providências necessárias para a mais fácil execução de suas normas.

Parágrafo único. O Superintendente do Consórcio Público orientará a aplicação do presente Anexo expedindo as necessárias instruções por meio de Portaria.

Art. 8º. O exercício financeiro, para os efeitos fiscais, corresponderá ao ano civil.

Art. 9º. Quando não inscritos em Dívida Ativa, os créditos fiscais de um exercício, que forem pagos em Exercícios subsequentes, constituirão rendas de exercícios anteriores.

Art. 10. Fica aprovada a Tabela que constitui o Apêndice deste Anexo.

Parágrafo único. A Tabela constante do Apêndice deste Anexo deverá ser atualizada anualmente a partir do exercício de 2009 com base em índice oficial de inflação.

Art. 11. Este Anexo entra em vigor na vigência da Lei Municipal que ratificar o Protocolo de Intenções, e, para todos os efeitos de direito, deverá ser sempre considerado integrante desta Lei Municipal.

Art. 12. A Taxa de Regulação e Fiscalização – TRF de que trata este Anexo incidirá a partir de 2011.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário constantes de lei e atos administrativos municipais.


Uéssia Mendes Oliveira
Oficial Desig. Reg. Tit. Documentos
Irecô - Bahia